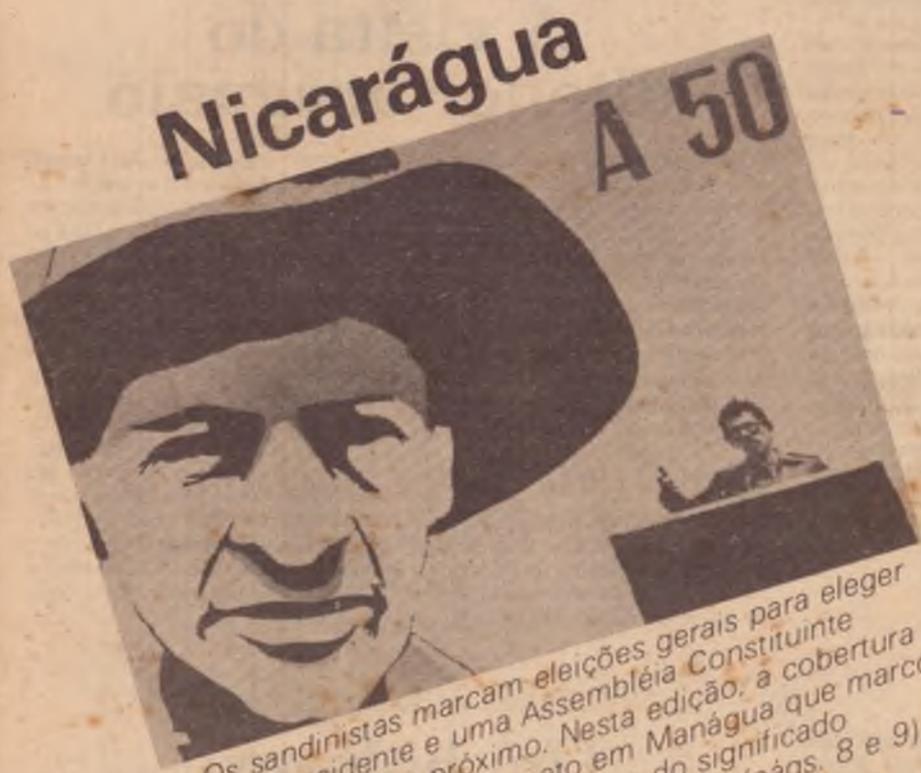


# EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Ano VII • Nº 186 • De 15 a 28 de março de 1984 • Cr\$ 300,00

## UM MILHÃO E MEIO NAS RUAS PELAS DIRETAS

Esta já é a maior campanha de massas da história do país.  
E um número que promete dobrar com  
os novos comícios programados  
em São Paulo e no Rio. Nesta edição, uma avaliação da campanha  
e os seus efeitos sobre a ditadura. (págs. 3 e 4)



Os sandinistas marcam eleições gerais para eleger presidente e uma Assembleia Constituinte em novembro próximo. Nesta edição, a cobertura completa do grandioso ato em Manágua que marcou as eleições e a análise do significado desta proposta para a revolução. (págs. 8 e 9)



Manifestações unitárias, conjungendo as bandeiras feministas com a luta contra a ditadura marcaram o 8 de março nas principais capitais do país. E mais: como a data foi comemorada nos principais países latino-americanos. (ver págs. 14 e 15)

### PT

#### Pré-convenção Nacional

Às vésperas do grande evento, **EM TEMPO** faz um balanço geral das propostas e divergências colocadas. Também a cobertura da pré-convenção paulista. (págs. 5, 6 e 7)



### AURELIANO:

#### Um gato por lebre

A imprensa burguesa continua dourando a imagem de Aureliano, enquanto cala sobre as notórias ligações desta candidatura com militares que tiveram um peso decisivo na repressão e na tortura (pág. 4)

### Metalúrgicos São Paulo

PT propõe união geral das oposições para derrubar o maior pelego da América Latina. No próximo dia 18, deverá ser realizado uma plenária de militantes metalúrgicos para discutir a formação de uma chapa unitária da oposição. (pág. 12)

Gusmão no governo Montoro

A nova cabeça da conciliação

A ascensão do empresário Roberto Gusmão à função de "primeiro-ministro" do governo Montoro é, em primeiro lugar, um ato de economia doméstica. Submetido a pressões bem mais fortes que os seus colegas peemedebistas no governo, Montoro alcança o seu primeiro ano de gestão com a marca da ineficiência. Gusmão, centralizando os poderes antes divididos entre o secretário Castelo Branco e Eugênio Montoro, sobe com a função de dinamizar e dar coerência à administração do governo.

Um dos primeiros trabalhos de Gusmão está sendo exatamente o de costurar o acordo entre o PMDB e o PTB, como forma de garantir uma folgada maior para o governo na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal. Em troca de uma secretaria especialmente criada, a da Habitação, e de quinze cargos no segundo escalão do governo, Montoro poderá contar com o apoio dos

onze deputados do PTB para a aprovação de seus projetos. A negociata, justamente criticada em nota oficial pelo PT, ocorre exatamente no momento em que o PTB continua negociando com o PDS o apoio à votação contra a emenda Dante de Oliveira, que restabelece as diretas. Do PDS, o PTB já recebeu uma diretoria do BNDES, uma diretoria do BNH e a presidência da Cobal.

No entanto, é no plano da grande política que a ascensão de Gusmão encontra a sua maior justificação. Homem do ex-PP, partido liderado por Tancredo Neves, Gusmão vem fortalecendo o poder da articulação do governo Montoro junto ao PDS e ao governo Figueiredo. Adepto da estratégia de "conquistar o governo sem derrubar o regime", Gusmão explica que "o governo paulista não vai dar um passo mais ao centro. Ele já está no centro. É um governo de equilíbrio e eu me agrego a esta linha



de centro". No entanto, não deixa desde já de defender "uma maior compreensão com o governo federal", ao mesmo tempo que vê em Figueiredo o grande pacificador da Nação.

É interessante como, mesmo em meio à crise, a burguesia vai moldando os grandes interlocutores de um acordo político. Tancredo Neves, Aureliano, os governadores do PDS-pró - diretas. Agora é o governo Montoro quem reforça as suas credenciais, exatamente no momento em que a campanha pelas diretas atinge um momento decisivo.

A queda de Stabile

Corrupção e disputa no poder

Numa avalanche de denúncias de corrupção, rolou a cabeça do Sr. Amaury Stabile, ministro da Agricultura. Prontamente substituído por Nestor Jost. Nenhuma novidade nas denúncias: Stabile, quando assumiu o ministério, já tinha um vasto currículo de corrupção e inclusive um processo por estelionato.

Mas se não é novidade para ninguém, por que troca de titulares no Ministério da Agricultura agora? Há quem entenda que o quinto tenocrata da safra Médici, no atual governo Figueiredo com muito mais recursos que o titular anterior e com muito trânsito em relação à poderosa Sociedade Rural Brasileira (exato, um organismo patronal), fortalece bastante a candidatura do atual ministro do Interior, o ex-erável Andreazza.

Pergunta-se: seria, por acaso, o Sr. Stabile mais ou menos corrupto do que os seus pares? A relação apresentada mesmo para os mais

céticos, ou cínicos não deixa de ser impressionante:

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) presidido em 1980 por Toshio Shibuya deu a aval para que a Agropecuária Capemi tomasse o empréstimo de 25 milhões de dólares a bancos franceses para exploração de madeira de Tucuruí. Aval sem garantias. Sem contar o depósito do imposto de renda arrecadado na fonte dos funcionários da BNCC no Banco Valbrás do Grupo Sharp. Detalhes: Stabile e Shibuya foram administradores do grupo Sharp e consta que o ex-ministro detém 10% das ações do grupo e sua esposa mais 5%.

E, por falar em esposa, por pressão de D. Zuleide Stabile, o BNCC liberou a verba de 10 milhões de cruzeiros para a construção de um galpão comunitário na localidade de Nova Betânia, a 36 quilômetros de Brasília, sem nenhuma justificativa.

Além disso há o avai de uma dívida de 200 milhões de dólares com

banco estrangeiros pela Centrasul (da Federação das Cooperativas do Rio Grande do Sul), pelo BNCC. Sem falar de funcionários fantasmas no BNCC, contratados pela filha de Stabile.

Também sob a responsabilidade de Stabile, foi realizado um financiamento de 1,5 bilhões de cruzeiros para o condomínio Barro Preto, na Bahia, para plantação de arroz através de verbas da Pró-Várzea, em terras que nunca produziram arroz. O superintendente do condomínio era o seu sobrinho Afonso Bonillo.

No geral, observa-se o total respeito à primeira norma básica da ética do goveno de não punir os corruptos. Stabile foi punido apenas como afastamento de suas funções. Stabile, no entanto, confirmou a lei de que o bom cabrito não berra. Suportou as denúncias que vieram à tona (uma pequena parcela da realidade) e não ousou demonstrar que ele não era excessão em meio a uma equipe de honestos e recatados senhores.

Brasil e FMI  
A quinta carta da submissão

E a crise econômica continua a disputar palmo a palmo com a gravidade do impasse político que tona conta do país. Uma comparação entre as situações do mês de fevereiro passado com a de 1983 revela em que velocidade estamos indo ao fundo do poço: a inflação passou de 117% a 230% continuam a decrescer o patamar das atividades produtivas, já igualadas ao nível de 1977.

A inflação recorde registrado em fevereiro último tem um aspecto particularmente penoso para os trabalhadores: os alimentos, o item mais vital e de mais peso nos seus gastos, subiram nada menos do que 315% nos últimos meses.

É neste quadro que o Brasil negocia com o FMI a sua quinta Carta de Intenções, reformulando as metas traçadas alguns meses atrás. Em primeiro lugar, houve o atraso na liberação de cinco bilhões de dólares previstos para o primeiro trimestre deste ano. Em segundo lugar, já se tem certeza de que o país não conseguirá nem a liquidação dos pagamentos atrasados nem a formulação de um acúmulo de reserva no valor de um bilhão de dólares, como estava previsto. A meta de 70% para a inflação em 1984 já foi abandonada, após uma nova rodada de

negociações entre o governo e o FMI, para 130%. E é praticamente impossível conter a expansão monetária em 50% este ano como pretendia o FMI.

Enfim, a ciranda da espiral inflacionária casada com a maré da recessão já colocou no chão os prognósticos do FMI. Enquanto o governo promete um aperto nunca antes visto no crédito (o que significa mais recessão), a inflação promete continuar a subir. Paralelamente, a especulação no mercado financeiro, após a corrida para o dólar alguns meses atrás, volta a se agitar, com as taxas do over-night alcançado 25%.

Não bastasse todo o desastre, temos ainda que suportar a humilhantes e cada vez mais frequentes vitorias dos técnicos do terceiro e quarto escalão do FMI. Não falta nem o cinismo de um diretor de um grande banco americano que chegou a afirmar que "os brasileiros devem agora trocar o uniforme do desânimo pelo uniforme do trabalho. Quem deve muito obriga-se a trabalhar em dobro, a produzir em dobro". Os dezoito milhões de desempregados e subempregados, encurralados pela política do governo e do FMI, tem uma resposta na ponta da língua para estes senhores.

Vergonha no Brasil  
A visita do ditador uruguaio

Convidado pelo governo brasileiro a visitar o país, o ditador do Uruguai Gregorio Alvarez fez um percurso atribulado. No Rio de Janeiro e em São Paulo foram realizadas manifestações diante dos consulados uruguaiois. Alvarez, que se negou a dar entrevistas coletivas à imprensa teve que subir a rampa que dá à Câmara dos Deputados escoltado por oitenta agentes de segurança. Nenhum parlamentar da oposição compareceu à cerimônia de conagração entre Figueiredo e Alvarez.

O tenente-general que governa o Uruguai há dez anos tem no seu currículo uma extensa lista de crimes: foi um dos principais articuladores do golpe de Estado de 1973; foi o

principal organizador da Companhia de Contra-Intenções do Exército que foi responsável por um sem número de assassinatos. Hoje há no Uruguai, 300 mil exilados e 900 presos políticos. Encurralados pela crise econômica, cerca de 700 mil uruguaiois tiveram que deixar o país nos últimos anos por não encontrar trabalho.

Assim, em um momento que aumenta o cerco à ditadura uruguaia após a greve geral de janeiro último, o governo brasileiro cumpre o seu papel tradicional. Depois da visita de Figueiredo ao então ditador argentino Videla, a Stroessner e Pinochet, o ditador brasileiro estende as mãos a um de seus mais graduados colegas do Cone Sul.

Eleições no Clube Militar

Uma disputa truculenta

Aparecem os primeiros - e truculentos - desdobramentos da disputa pela presidência do Clube Militar. Como os leitores recordam (EM TEMPO: n.º 183), após vinte anos de chapa única, a próxima eleição em maio é disputada por duas chapas encabeçadas pelo general de divisão Tasso Villar de Aquino (situação) e pelo general de reserva Antonio Carlos de Andrade Serpa (oposição).

Contra a morna campanha do general Tasso que pretende manter o Clube afastado das questões políticas, a campanha do general Serpa vai exatamente no sentido contrário: "nossa intenção é mobilizar a classe média para a solução dos impasses políticos e econômicos em que se encontra o país. Queremos um grande pacto social para enfrentar uma moratória negociada segundo os interesses do país e o paga-

mento da dívida externa conforme nossas possibilidades". Esse discurso foi feito numa pizzaria para os correligionários, talvez esquecido que disputa a presidência do Clube Militar e não a da República. Talvez.

O Ministro Walter Pires - do Exército - está pessoalmente empenhado em refrear o ímpeto de Serpa: insinua que Serpa conta com o apoio de militantes esquerdistas (logo Serpa, um radical anticomunista) e mandou imprimir nos contra-cheques dos militares a frase "Não deixe que a política disvirtue o nosso Clube Militar". Um dos ouvintes do discurso de Serpa na pizzaria teve sua nomeação para um importante posto no norte do país vetada. O troco: o autor do relatório que resultou no veto, o tenente-coronel Sávio Costa, tem sido ameaçado em sua integridade física por um corpulento oficial do grupo de Serpa.

A briga-de-comadres tende a esquentar: dois componentes da chapa Serpa já renunciaram por não resistirem às pressões.

Comissão Pastoral da Terra  
Um balanço dos crimes de 1983

Pela primeira vez a Comissão Pastoral da Terra, CPT, teve a necessidade, ao apresentar o seu relatório anual, de dividir os casos em conflitos de terra, conflitos trabalhistas e sindicais, conflitos pelas secas (saques) conflitos em área de garimpo e acidentes com bóias-frias.

Ainda assim a CPT lembra que a pesquisa é incompleta tanto pela dificuldade da circulação de notícias, quanto pela impossibilidade de recolher mais dados, como também pela imprecisão dos noticiários da imprensa. Torna-se evidente que os conflitos recolhidos são só uma amostra, uma parcela apenas de um quadro mais amplo.

Segundo o relatório, ocorreram 315 conflitos envolvendo 38.507 famílias e 217.171 pessoas.

A CPT catalogou 92 casos de grilagem, 35 expulsões, 19 prisões ilegais, 10 ameaças de morte.

Continuando: 72 trabalhadores assassinados por problemas de terra ou trabalhistas, sendo que nenhum dos outros dos crimes foi punido. E Mais: 51 garimpeiros massacrados e 57 bóias-frias mortos em acidentes.

Registrou também 53 saques na área da seca envolvendo 7.780 pessoas.

A Bahia foi o grande destaque do ano de 1983. Dos 315 conflitos, teve 45 casos, seguida de Goiás com 34 casos, Maranhão com 29 e Pará com 27 casos. Dos 48 assassinatos por conflitos de terra 14 foram da Bahia, 8 do Pará, 7 de Maranhão e 7 do Mato Grosso do Sul.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sergio Moura, Virginia Pinheiro.  
Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS N.º 9.149.  
EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC 46.093.549 0001-10.  
Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajaras, 329 - Sala 12 - CEP 30000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 - loja 4 - Bom Fim - CEP 90.000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 - sala 1414 - CEP 20031; Vitória: Caixa Postal 1427 - CEP 29000; Natal: Caixa Postal 1550 - CEP 59072.

# O bloco (cada vez mais desafinado) das indiretas

Logo depois do carnaval, que gritou diretas já, pelos quatro cantos do país, o general Figueiredo convocou os seus líderes parlamentares e seis ministros — entre os quais três militares — para montar uma estratégia de garantia das eleições indiretas. A principal questão versava sobre a oportunidade ou não de se lançar uma emenda alternativa à emenda Dante de Oliveira, marcando as eleições diretas para 1988 ou 1990 e abrindo um campo de negociação com a oposição em torno das eleições diretas para os prefeitos das capitais em 1986.

Se, no momento anterior, a ditadura vinha fracassando seguidamente em seus esforços para tentar unificar as suas fileiras em torno de um candidato único para o Colégio Eleitoral, agora, com a progressão de suas contradições, está até difícil definir que casuismo usar para se antepor à avalanche das diretas.

De um lado, se colocou o Ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu, apoiado pelo líder do PDS na Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, favorável ao envio de uma contra-proposta à emenda Dante de Oliveira antes da sua votação; do outro, o Ministro da Justiça, Abi-Ackel e o Ministro do SNI, Otávio Medeiros, argumentando que o envio de uma emenda alternativa apenas debilitaria o governo. Do choque de opiniões, chegou-se mesmo a veicular na imprensa a iminência da renúncia de Abi-Ackel.

Ao final, frente às divergências, saiu a idéia "salvadora" de se encaminhar uma

*A campanha das diretas tem o efeito de radicalizar as disputas e divergências no interior do regime.*



Leitão, Abi-Ackel, Marchezan, Medeiros: briga de foice no escuro

consulta pessoal e por escrito a todos os deputados e senadores do PDS sobre o tema em questão.

## A votação da emenda Dante de Oliveira

Após uma série de pressões e contra-pressões, de negociações intermináveis, o governo concordou em determinar a data de votação da emenda Dante de Oliveira para o dia 25 de abril. De novo aí, um sinal da hesitação da ditadura: se antecipava a votação, veria o espaço para apresentar uma emenda alternativa fechado; se postergava excessivamente, poderia ver se avolumar cada vez mais o caudal das diretas.

O fato é que estão ainda incertas as

chances de aprovação de emenda Dante de Oliveira. De acordo com informações do grupo pró-diretas do PDS, eles contam com o apoio de 53 deputados e cinco senadores, sendo que existiriam outros tantos a favor, sem, no entanto, se enquadrar em um grupo definido.

Para ser aprovada a emenda Dante de Oliveira precisa obter dois terços dos votos na Câmara e no Senado, em separado. E o governo joga todo o seu peso agora em quebrar esta possibilidade.

## Figueiredo fala à Nação

No dia 15 de março, em comemoração aos cinco anos de mandato, Figueiredo fala à Nação. Mais uma vez, seguindo a

linha de seus últimos discursos, o que espera é que não diga nada de mais decisivo. A maior parte do tempo será gasto na exposição das dificuldades econômicas enfrentadas no quinquênio. Politicamente afirmará que cumprirá as promessas feitas de "levar o país à democracia": instituirá as eleições diretas para a definição do sucessor de seu sucessor e ainda fará algumas reformas constitucionais necessários, sem, no entanto, dizer nada. No dia seguinte, ele ficará sabendo o resultado oficial da pesquisa de opinião do PDS e a questão da emenda alternativa poderá voltar à discussão.

Pode-se dizer que o único consenso real que existe hoje entre os integrantes do núcleo da ditadura é o de que as eleições diretas não podem se realizar agora de maneira alguma. Mas as eleições indiretas também não resolvem o impasse, do ponto de vista do Planalto.

O candidato mais forte à convenção do PDS, ainda é Maluf. Terminado o pesadelo da votação da emenda Dante de Oliveira (se tudo ocorrer como o governo espera), virá então o pesadelo do Colégio Eleitoral. Como se comportarão nesta eventualidade os partidários dos candidatos minoritários do PDS? Por mais espúrio que seja o Colégio Eleitoral, os liberais vão procurar dele participar, com composições.

Enfim, ao mesmo tempo em que vê aumentar as suas divergências, a ditadura tem cada vez mais dificuldade de se movimentar no labirinto de seus próprios casuismos.

## Editorial

## Um balanço da campanha das diretas

**1.** A campanha pelas eleições diretas continua a ser o eixo da conjuntura, em volta do qual se movimentam todas as forças políticas do país.

No campo do movimento de massas, o evento mais importante foi, sem dúvida, o grande comício de Minas. Levando mais de 300 mil pessoas às ruas, superando todas as expectativas dos organizadores, o comício mineiro mostrou que a disposição de ir à luta pela fim do regime é cada vez mais generalizada. Mostrou que as forças da oposição à ditadura em São Paulo têm condições, ao contrário do que aventava o atual governador do estado, de levar às ruas o dobro ou mesmo o triplo da massa que compareceu à Sé. E, com isso, funcionou como um instrumento de pressão para que o comitê paulista pelas diretas pudesse, enfim, por consenso, definir a realização de um novo grande ato unificado na capital. Ao mesmo tempo, criou novas expectativas em relação ao grande comício que se prepara no Rio e que deve também ter uma influência grande sobre a votação no Congresso.

Refletindo, por outro lado, as ambiguidades e vacilações da oposição burguesa, a proposta da realização de uma marcha sobre Brasília como forma de pressão direta sobre os parlamentares no dia da votação de emenda Dante de Oliveira depois de muita indefinição, foi descartada.

E, mais importante, a proposta de uma greve geral pelas diretas feita pela CUT e reafirmada publicamente por Jair Mene-guelli continua isolada, sem ganhar força

na agitação e nos encaminhamentos organizativos. Para passar do plano de proposta para a realidade ele precisa ser agitada em todos os comícios, sua necessidade ser a cada momento demonstrada. Para vencer as dificuldades, ela tem que ganhar maior inserção no movimento sindical, ser trabalhada explorando as diferenças que existem no interior da Conclat da Praia Grande em uma perspectiva de frente única.

**2.** Por sua vez, o núcleo dirigente da ditadura continua erguendo barricadas para conter a avalanche das diretas: O governo trabalha aí em duas frentes.

Em primeiro lugar, utiliza toda oportunidade para reafirmar a sua determinação de que o sucessor de Figueiredo será eleito pelo Colégio Eleitoral, para afirmar que a vontade militar continua inabalável e dominante. Foi assim que, tendo como pretexto o discurso pronunciado pelo deputado João Cunha contra Figueiredo, os ministros militares emitiram nota oficial. É assim, que jogando com a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso, com andantes e chefes militares têm seguidamente reafirmado a sua posição a favor das indiretas, como está na Constituição. E, na realidade, toda a máquina do governo continua sendo acionada a favor da vitória de Andreazza no Colégio Eleitoral.

Em segundo lugar, procura manobrar no sentido de apresentar propostas que

incorporem o acessório das exigências contidas na campanha pelas diretas e tergiverem ou neguem sobre o principal. Assim, quando do fechamento desta edição, anunciava-se que Figueiredo ocuparia os meios de comunicação para anunciar algumas reformas constitucionais e eleições diretas para 1988 ou 1990. O sucesso destas manobras parece hoje, no entanto, muito provável: o regime está bastante dividido sobre os passos a dar; é difícil que uma proposta com estas características consiga ser o ponto de confluência para um acordo com as oposições burguesas.

**3.** Correndo paralelamente à campanha e às manobras continuistas do núcleo da ditadura, têm se fortalecido iniciativas no campo da burguesia no sentido de criar uma alternativa à perspectiva de confronto hoje estabelecida.

Há, em primeiro lugar, um certo fortalecimento de imagem e do apoio nos meios empresariais da candidatura Aureliano. Apoiando nas palavras a reivindicação das diretas já mas legitimando na prática a disputa no Colégio Eleitoral, a candidatura Aureliano surge como um aliviador de tensões, como uma reserva de unidade e legitimidade para a burguesia.

Em segundo lugar, não devem ser desprezadas as iniciativas na mesma direção que partem dos setores de maior peso dos partidos burgueses. A ascensão de Gusmão no governo paulista, as recentes investidas de Tancredo junto a

figuras chaves do PDS, o encontro de Aureliano com o senador Fernando Henrique Cardoso fazem parte deste jogo.

Por último, no interior do próprio PDS tem se fortalecido politicamente o grupo pró-diretas que já apresentou inclusive uma alternativa à Emenda Dante de Oliveira. Esta proposta prevê eleições diretas para o sucessor do Figueiredo mas precedidas de uma reforma constitucional e de uma reformulação partidária, buscando conformar um partido de centro direita forte o suficiente para dar estabilidade à transição do regime.

**4.** Salta aos olhos, enfim, a necessidade do PT ir paralelamente à aliança tática com os partidos burgueses da oposição ir delimitando propostas e ações comuns que criem um campo operário-popular. É só na medida em que este bloco de forças políticas for se conformando que a campanha pelas diretas constituirá uma base política mais sólida para se radicalizar e se aprofundar.

Se o PT praticar uma política de auto-contenção nesta campanha no sentido de se amoldar ao que é consensual, não divergente, com os partidos da oposição burguesa ele estará, no fundo, se incapacitando para dar à campanha pelas diretas o rumo que ela exige.

Estas questões certamente estarão no centro dos debates do próximo Encontro Nacional do partido. Um debate que certamente terá consequências duradouras sobre a conjuntura política.

# O trem das diretas dobra a lotação

Com os comícios-monstros que estão sendo preparados em São Paulo e no Rio de Janeiro, a expectativa é dobrar o número de pessoas que já participaram de manifestações nesta campanha que já é a mais massiva da história do país.

O povo está na rua: a locomotiva das diretas já arrastou mais de 1,5 milhões de pessoas em todo o país. É a maior mobilização política da história do Brasil. É o flagrante da vontade do movimento operário e popular de acabar com o regime militar e suas manobras continuistas, quando se aproxima o seu vigésimo aniversário.

O maior comício realizado desde a última edição deste jornal foi o comício do dia 24 de fevereiro em Belo Horizonte. O comício foi surpreendente em dois aspectos: em primeiro lugar ultrapassou largamente a expectativa dos organizadores (estimava-se alguns dias antes em cem mil o número provável dos presentes) e, de acordo com o depoimento de quem já havia estado antes na Sé, foi maior do que o comício paulista; em segundo lugar, mostrou uma presença mais do que expressiva do PT na massa presente, presença que se fez sentir marcando o tom do comício durante a maior parte do tempo. Mais organizada, formando uma massa compacta, os petistas, apesar da ainda precária organização do partido no estado, fizeram de Lula o orador mais aplaudido do comício. Por último, de forma semelhante ao comício da Sé, não houve espaço para o discurso do representante do PTB saudado com uma sonora e estrondosa vaia. E, mesmo o governador Tancredo Neves, apresentado pela presen-

ça estimada de Milton Nascimento, teve que abrir espaço para falar após uma vaia insistente e implacável.

Em São Paulo, no dia 25 de fevereiro, em 300 das 573 cidades do interior foram promovidos atos que tiveram a adesão significativa da população. Em Aracaju (SE), 30 mil pessoas se manifestaram no dia 26 de fevereiro, pelas "diretas já". Na preparação do comício, o comitê pró-diretas do estado tinha conseguido mobilizar cinquenta mil pessoas em uma série de pequenos comícios preparatórios.

O terrorismo da direita marcou presença em Anápolis (GO). Em 8 de março, um ato que contava com a presença de quinze mil pessoas teve de ser dissolvido por ter sido espalhado no palanque e no meio da praça um pó químico danoso para a saúde do povo presente.

No interior de Minas está prevista a realização de uma série de comícios que se calcula deverão ter a presença de mais de cem mil pessoas. Em Uberlândia e Montes Claros, nos dias 16 e 17, são esperadas 70 mil pessoas; no dia 15 em Ponte Nova, mais de 8 mil, no dia 16 em Viçosa; mais de 5 mil; no dia 17, em Patos de Minas, mais de 20 mil; em Curvelo, 5 mil; em Nanuque, 3 mil, e no dia 18, em Lavras, 15 mil.

Está para ser deliberado também pelo Comitê Nacional pró-Diretas, composto por representantes dos quatro partidos

de oposição, a realização da "marcha a Brasília". A iniciativa tem a adesão do PT, mas tropeça com o conservadorismo de setores expressivos da direção nacional do PMDB e do PDT.

Também será discutida pelo Comitê Nacional pró-Diretas, a iniciativa da CUT, de propor uma greve geral pelas diretas. O coordenador nacional da CUT, Jair Meneguelli manifestou-se a respeito: "Vamos mobilizar todos os trabalhadores e o trabalho prático, nas portas de fábricas e ruas começará nos próximos dias". As lideranças da CUT acreditam na possibilidade da greve, a partir da grande participação do povo em comícios e outras manifestações pelas diretas.

De outro lado, o comício-monstro programado para o dia 24 no Rio, poderá ser adiado para 3 de abril, se prevalecer a opinião do governador Leonel Brizola. O Comitê pró-Diretas fluminense espera a participação de 1 milhão de pessoas. Brizola defende o adiamento do comício porque não considera suficiente a mobilização do comitê para colocar um milhão na rua no dia 24.

Por fim, em São Paulo falta apenas definir mais precisamente a data da realização do novo grande comício. Ele será realizado no vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, e espera contar com uma avalanche de pessoas suficiente para enterrar de vez as diretas.



Desde o lançamento da campanha pelas diretas em 16 de novembro de 83, inter-partidário mas de fato puxado pelo PT no ato na Praça Charles Miller em São Paulo, mais de 1,5 milhões de pessoas já participaram das diferentes manifestações pelo restabelecimento imediato das diretas. A tabela embaixo tenta retratar o desenvolvimento da campanha. São apenas considerados os comícios com uma participação superior a três mil pessoas. Isto é, não computamos aqui as centenas de comícios realizados em geral em cidades do interior do país ou restritos a bairros.

DIA	CIDADE	PESSOAS
15-11-83	São Paulo (SP)	15 mil
Janeiro		
3	Goiania (GO)	1.000
5	Olinda (PE)	20 mil
12	Curitiba (PR)	60 mil
13	Porto Alegre (RS)	10 mil
13	Cachoeira do Sul (RS)	3 mil
14	Camboriú (SC)	10 mil
15	Araçatuba (SP)	11 mil
18	Rio Claro (SP)	3 mil
20	Salvador (BA)	30 mil
21	Campinas (SP)	9 mil
21	Vitória (ES)	8 mil
25	São Paulo (SP)	300 mil
26	João Pessoa (PB)	15 mil
27	Olinda (PE)	30 mil
28	Fortaleza (CE)	28 mil
29	Maceió (AL)	50 mil
29	Novo Horizonte	5 mil
Fevereiro		
5	Jataí (GO)	3 mil
5	S. João da Boa Vista	3 mil
13	Teresina (PI)	30 mil
14	São Luiz (MA)	12 mil
15	Macapá	8 mil
16	Belém (PA)	80 mil
16	Rio (RJ)	50 mil
17	Recife	10 mil
18	Manaus	10 mil
19	Caruarú	10 mil
19	Rio (RJ)	6 mil
19	Osasco (SP)	20 mil
19	Capão de Canoa (RS)	40 mil
19	Juazeiro (BA)	5 mil
20	Cuiabá (MT)	12 mil
22	Santarém (Pará)	25 mil
24	Belo Horizonte (MG)	300 mil
24	São Paulo (SP)	3 mil
25	Arapiraca (AL)	3 mil
25	Marília (SP)	3 mil
25	Piracicaba (SP)	3,5 mil
25	Iatui	3 mil
25	Itanhaém	3 mil
26	Aracaju (Sergipe)	30 mil
29	Juiz de Fora	30 mil
Março		
8	Anápolis (GO)	15 mil

## A manobra Aureliano

*O esforço para dourar de apelo popular uma candidatura que nasceu das entranhas da ditadura e que conta com o apoio dos homens fortes da burguesia.*

As últimas semanas têm revelado um crescente apoio de expressivos setores burgueses do país e do exterior à candidatura do vice-presidente Aureliano Chaves. Apesar das pesquisas da grande imprensa continuarem indicando uma influência minoritária de Aureliano no Colégio Eleitoral e na Convenção do PDS a sua candidatura ganha cada vez mais espaço na grande imprensa do país.

Uma pesquisa realizada pela revista *Veja*, aparecida em 22 de fevereiro, revela que dos quatro presidenciais do PDS, é o vice-presidente o favorecido das grandes empresas jornalísticas. No Jornal Nacional da *Globo*, que diariamente atinge uma audiência estimada de 40 milhões de pessoas, Aureliano ocupou 10 minutos e 50 segundos, contra 4' e 5" dados a Maluf, 2' e 40" a Marco Maciel e 1' e 35" a Andreazza. Ao nível dos quatro grandes jornais diários (*Folha de SP*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*), de

um total de 19 destaques em primeira página, 15 foram para Aureliano na promoção de sua candidatura, 3 para Andreazza (das quais 2 se referiram às denúncias de pressões contra o governador Gonzaga Motta do Ceará), 1 para Maluf (aparecido em *O Globo*, dando conta da visita feita pelo "presidenciável" ao presidente das organizações "Globo", Roberto Marinho). A pesquisa da *Veja*, revela também que de 22.100 cm2 de página interna dadas aos quatro presidenciais, 15.800 foram dedicadas ao Aureliano, 3400 a Maluf, 1900 a Andreazza e 1000 a Marco Maciel.

### Duros no apoio

No campo militar também não são pequenos os apoios de Aureliano. Ele conta com a adesão da velha guarda de generais que protagonizaram o golpe de 64. Entre eles merecem destaque: a figura do ex-presidente Ernesto Geisel; o General Ernani Ayrosa, que durante a fase

mais aguda de repressão à esquerda entre 69 e 74 foi chefe da "Operação Bandeirante", a tristemente célebre "OBAN"; o general Carlos Meira Mattos, que é o articulador militar da campanha de Aureliano, liderou em 66 o comando que fechou o Congresso e em 68 foi o autor do relatório que reformulou toda a política universitária do país, subordinando-a aos ditames do imperialismo americano.

A candidatura do vice também consegue ganhar adesões importantes nos círculos da burguesia internacional. Aureliano viaja em 19 de março para os Estados Unidos, onde será recebido pelo Conselho das Américas; uma organização privada de grande influência na política imperialista para o hemisfério americano. Será recebido também pelo vice-presidente norte-americano George Bush, com quem almoçará. Há um crescente apóio dos meios empresariais americanos com alguma ligação com a economia brasileira à figura do Aureliano.

Você se interessa pelo futuro político do Brasil?



Solicito o envio de ..... exemplar da Revista Socialismo e Democracia 1 ao preço de Cr\$ 2.500,00  
 via Reembolso Postal (inclui despesa postal)  pagamento com cheque visado (isento de despesa postal)  pagamento com vale postal (isento de despesa postal).

Nome: .....  
 Endereço: .....  
 CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....

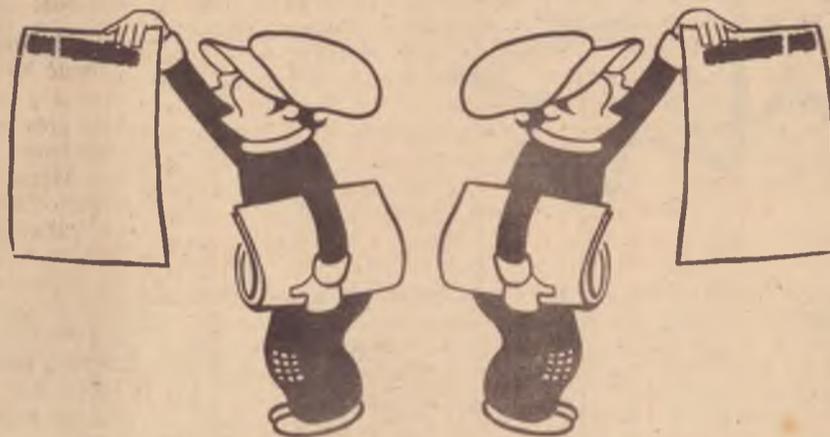
Solicito o envio automático de Socialismo e Democracia 2 Abr/Jun/84.  
 Solicito envio grátis de catálogo completo da Editora.

Editora Alfa-Omega — 05413 — Rua Lisboa, 500 (011) 852-6400 — São Paulo — SP

Pré-convenção do PT paulista

## Um debate marcado pelo sectarismo

*O encontro paulista para debater a tática do partido e eleger delegados para a pré-convenção nacional avançou pouco na discussão política e foi marcado por um clima sectário imposto pela articulação dirigida pelos "113".*



Com cerca de 600 delegados de todo o estado realizou-se nos dias 10 e 11 de março, em São Bernardo, a pré-convenção do PT paulista, preparatória do Encontro Nacional.

A presença de delegados foi baixa: quase metade do partido no estado não estava representada. Muitas pré-convenções não atingiram quorum (vinte distritos da capital e vários municípios importantes como é o caso de Santo André, detentor da maior bancada em potencial de delegados do estado). Além disso, determinados diretórios sequer tentaram realizá-las. O que parece um paradoxo — em um momento em que o país vive uma campanha de massas tão importante como a das diretas, o partido apresentar uma vida interna com fortes graus de esvaziamento — tem uma explicação nos limites e incapacidades da atual direção do partido.

Este quadro de desmobilização interna é aprofundado pela forma administrativa como direção a executiva estadual (composta de forma monolítica pela articulação dos 113, majoritária na última pré-convenção) trata as divergências internas ao partido. Foram, por exemplo, impugnadas várias pré-convenções onde as forças de oposição à atual direção do PT paulista têm peso, como é o caso de Diadema. Aí, o prefeito Gilson Menezes, em confrontação com o diretório municipal, perdedor na pré-convenção que elegeu os delegados, tratou de realizar por fora uma outra. A executiva estadual acabou intervindo, não reconhecendo os delegados eleitos no encontro democraticamente preparado.

Com atraso e muita polêmica sobre estas irregularidades, o encontro estadual se iniciou no final da manhã de sábado. Duas chapas se apresentaram: a "Articulação", que alcançou 79% dos votos, dirigida pelos "113" e agora incorporando os militantes do jornal **O Trabalho** que, no último encontro, se apresentaram pela chapa "Unidade", e o deputado estadual, agora líder da bancada do partido, Geraldo Siqueira, que no ano passado se retirava dos "113"; a chapa 2, "PT-84: Pelo fim do regime militar", resultado da unidade daqueles que no encontro passado se apresentaram pelas chapas "PT-83: o partido na direção da

luta" e "PT-83: Avançar na Luta", acabou ficando com 21% dos votos.

### Um clima sectário

A chapa 1, tendo como porta-voz o secretário do partido em São Paulo, José Dirceu, iniciou o debate de uma forma extremamente sectária, classificando de espúria a unidade da chapa "PT-84" e procurando estabelecer um divisor de águas entre "aqueles que constroem o PT e aqueles que estão no PT e no PMDB" (numa investida direta sobre as ligações do deputado federal José Genóino, um dos integrantes da chapa 2). Com isso, se repetia o procedimento despolitizado na pré-convenção passada, tentando-se desqualificar as propostas políticas sem entrar em seu mérito.

A chapa 2 procurou se apresentar como crítica as insuficiências e debilidades contidas na plataforma apresentada pela chapa "Articulação". Em particular, frisava-se a necessidade de se colocar propostas para radicalizar a campanha pelas diretas no rumo da derrubada da ditadura e de, através disso, ir se demarcando claramente dos liberais.

Mas o debate político avançou pouco, reproduzindo-se nos grupos e nas plenárias este clima sectário, não havendo, enfim, uma politização da militância e do partido sobre os desafios colocados pela luta de classes.

### A eleição de delegados

Na questão do regimento interno, outro ponto de pauta do encontro, a discussão foi apenas preliminar não havendo tempo de aprofundar as questões polêmicas. Decidiu-se encaminhá-las em bruto para encontro nacional.

A eleição de delegados praticamente confirmou os resultados da correlação de forças da última pré-convenção, a chapa "Articulação" avançando alguns pontos percentuais em relação à votação dos "113". Isso se deveu fundamentalmente aos critérios que presidiram a pré-convenção paulista: em primeiro lugar, todos os delegados oficiais dos diretórios de base foram delegados natos a este encontro estadual (o que notoriamente beneficiou a chapa "Articulação"); e, em segundo lugar, as importações e credenciamento irregulares, como dito acima, jogaram claramente em desfavor da chapa 2.



Apoie  
a revolução  
na  
Nicarágua

**BARRICADA**

Órgão INTERNACIONAL  
de difusão  
para o exterior  
da Frente Sandinista  
de Libertação Nacional  
— FSLN



**Agora  
Assinaturas  
no Brasil:**

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 2.500,00  
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 5.000,00

Nome: ..... CEP: .....  
 Endereço: ..... Cidade: .....  
 Bairro: ..... País: .....

Estou remetendo  vale postal  cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura  trimestral  semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

# Cinco grandes questões para



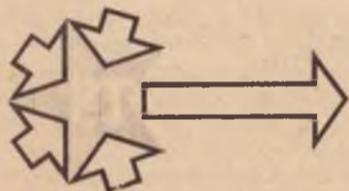
A próxima Convenção Nacional do PT, a ser realizada em abril próximo, terá uma importância singular na vida do partido. Será a primeira realizada depois das eleições de 1982. Provavelmente será a melhor preparada até agora: o Diretório Nacional distribuiu com antecedência (em novembro passado) um texto base de discussão, o "Projeto Político do PT", a partir da última reunião (fevereiro) considerado apenas um "roteiro" para a

discussão.

De qualquer maneira, um roteiro que enriqueceu a discussão, na medida que trouxe para o primeiro plano o debate sobre a crise do regime, sobre a necessidade de o PT ter uma proposta sobre a questão do poder (contribuindo assim de modo decisivo para superar o basismo e o economicismo até então prevalentes no PT), sobre a necessidade de uma plataforma de lutas imediatas para a mobili-

zação de massas. Além disso, o "Projeto Político" assumiu a defesa do PT como um partido de intervenção política, em contraposição à idéia de que ele deveria ser uma mera federação de movimentos sociais.

As discussões realizadas após o lançamento do "Projeto Político" permitem hoje avaliar quais serão os temas centrais em debate na Convenção. Aqui, procuramos resumir e comentar estas questões.



## 1. Qual deve ser a nossa tática política na atual conjuntura?

A primeira grande questão em debate será, certamente, a de qual deve ser a proposta do PT na atual conjuntura. No quadro de crise econômica e de crise do regime, assistimos ao desdobramento de várias propostas por parte das classes dominantes, que se diferenciam em torno da forma da "sucessão" (eleições diretas x colégio eleitoral; candidatos mais à direita ou menos à direita), das propostas econômicas (maior ou menor submissão à política do imperialismo, etc), das propostas políticas em geral. Até agora, os trabalhadores e os setores têm se mobilizado massivamente na campanha das eleições diretas — o que já tem uma importância muito grande — mas não têm apresentado uma alternativa própria, contraposta às várias propostas burguesas.

Aí começa o primeiro grande debate no PT. Os trabalhadores devem ou não ter uma alternativa própria na conjuntura, um projeto próprio de luta pelo poder, uma alternativa de governo?

Os setores mais à direita no partido pensam que não. Atribuem à burguesia liberal o papel de liderança na condução das lutas da oposição ao regime. Consideram que hoje é impossível para a classe operária e o conjunto dos setores populares desenvolver um projeto próprio de luta pelo poder, e que sua tarefa central é, então, de contribuir para o sucesso do projeto mais liberal das classes dominantes. A partir da situação atual, onde os liberais efetivamente controlam a campanha pelas eleições diretas, os setores mais à direita no PT deduzem que o máximo que os trabalhadores podem almejar é fazer pressão sobre eles.

### Opção por um projeto burguês

Das propostas em debate no PT, a que coloca mais explicitamente esta con-

cepção de que o PT (e os trabalhadores em geral) devem optar entre os vários projetos das classes dominantes é a apresentada por militantes ligados à Igreja do Rio de Janeiro. É um setor expressivo do PT, que inclui o presidente do Diretório Regional do Rio, Wilson Farias, o sindicalista da Executiva Nacional da CUT, Abdias dos Santos, o membro do Diretório Nacional do PT, Joaquim Arnaldo, o candidato a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio pela chapa 2, Ferreirinha.

O documento apresentado por estes companheiros considera que "os projetos das classes dominantes têm em comum o mesmo ponto: manter os trabalhadores subjugados, de modo a manter a exploração capitalista sobre eles. São entretanto diferentes quanto ao modo de realizar esta exploração. Assim a atual crise política poderá ter três saídas (a favor das classes dominantes):

"Golpe de direita (encabeçado por algum general do Exército) ou de forma mais branda com a "eleição" do Maluf, com repressão em grande escala, alinhamento total com o governo Reagan e aprofundamento do processo de recessão e endividamento.

" — Continuidade da 'abertura', com Aureliano ou Tancredo, com diminuição da política econômica recessiva e eventual moratória. A forma mais radical desta saída seria eleição direta com a transferência do poder para o setor moderado do PMDB.

" — Convocação de eleições diretas e Assembléia Constituinte, com a possibilidade de mudanças mais profundas na política econômica (ex: projeto Celso Furtado) com moratória e ênfase na produção para o mercado interno, seria concretizada pela eleição de Ulysses, Guimarães (forma atenuada) ou Brizola (forma radical).

"As duas últimas alternativas trariam aumento do espaço de liberdade para os movimentos populares. A primeira seria de total restrição.

"Apesar das três saídas serem favoráveis às classes dominantes, para o PT não dá no mesmo qualquer destes projetos. Se queremos ser um partido de massa, temos que reforçar um projeto que favoreça a organização de massas e não apostas no "quanto pior, melhor".

"E por que reforçar um projeto das classes dominantes e não um das classes dominadas? Porque, simplesmente, ainda não está formulado este projeto. As classes trabalhadoras não estão em condições de propor a tomada e o exercício do poder nacional. Temos algumas propostas setoriais, mas ainda não elaboramos um verdadeiro programa político que mobilize o conjunto da sociedade para mudanças profundas que seriam uma saída verdadeira para a classe trabalhadora".

Ou seja, esta proposta é uma versão da conhecida tese do "voto útil": vamos apoiar o "menos pior". Conduz a sacrificar totalmente a independência política dos trabalhadores, defende que estes desistam de lutarem hoje para liderar os setores populares e se contentem em funcionar como a ala esquerda do liberalismo burguês. Como uma tal política pode "favorecer a organização de massas" é um mistério.

### Adiar as definições

À esquerda de propostas como a dos companheiros ligados à Igreja no Rio, coloca-se a proposta majoritária em São Paulo, de "articulação dos 113", agora reforçada pela corrente do jornal **O Trabalho**. É uma posição de centro no partido, pouco definida e muito confusa.

O documento desta articulação tem uma belíssima definição de que é preciso

"isolar o regime, derrotar a ditadura". Defende uma mobilização de massas nesta direção, inclusive com a greve geral. Contudo, na questão da luta por uma alternativa dos trabalhadores e setores populares, o documento faz meia-volta e patina. Diz por exemplo que: "salvo mudanças radicais imediatas na correlação de forças e na conjuntura política, não está posta na ordem do dia, hoje, a possibilidade da tomada do poder pelos trabalhadores. Nem tampouco a hipótese de constituição, na atual conjuntura, de governos integrados exclusivamente por um bloco operário-popular..."

Partindo da inviabilidade de uma alternativa operário-popular, os "113" examinam com indisfarçada simpatia a possibilidade de apoio a alguma alternativa burguesa: "duas observações de método se impõem para nós no exame dos projetos da oposição burguesa. (...) A segunda é que as diferentes propostas políticas e econômicas das classes dominantes produzem consequências junto aos trabalhadores. Por isso, não devemos assumir uma atitude de neutralidade ao encará-las. Nosso papel é o de lutar pelo avanço das conquistas dos trabalhadores, mas também é preciso saber que entre os diferentes projetos das oposições há gradações nas concessões que o capital pode fazer neste momento..."

E os "113" vêm com desconfiança a proposta de o PT lançar um candidato próprio à presidência, ainda que como pré-candidato: "em qualquer uma destas alternativas, é fundamental avaliar o risco político de uma vitória do PDS, diante de várias candidaturas da oposição, as implicações para o PT de uma campanha eleitoral majoritária sem disputa para cargos parlamentares, a possível desorganização da estrutura orgânica tal como ocorreu em 1982, e o

# o Encontro Nacional do PT

inevitável desgaste a que estarão expostos o PT e seu candidato face a uma derrota previsível". A defesa enfática pelos "113" da eleição em dois turnos se dá justamente para facilitar a composição com alguma fração burguesa.

## Uma alternativa operário-popular

A esquerda do PT se coloca numa posição distinta, como diz por exemplo a proposta majoritária no Rio Grande do Sul. Não afirmamos que o regime está caindo, ou que os trabalhadores podem conquistar o poder sem uma mudança na correlação de forças. Acontece que nossa tarefa é justamente contribuir para

mudar a correlação de forças a favor dos trabalhadores, e não aceitar como um dado a correlação de forças desfavorável existente.

Nossa proposta central é a constituição de uma alternativa operária e popular para a crise, contra a ditadura e os projetos de mudança controlada da forma de dominação pelas classes dominantes. Os trabalhadores devem lutar para assumir a direção de todos os setores oprimidos pelo regime, de todos os setores populares, unificando todos os explorados e oprimidos em um bloco operário e popular.

No campo democrático, nos opomos a qualquer forma de conciliação com o regime — e nas campanhas pelas eleições

diretas, radicalizamos as palavras de ordem, privilegiamos as mobilizações de massa, esforçamo-nos para inserir a classe operária na campanha, sobretudo por meio da greve geral. Desta forma disputamos a hegemonia com os liberais.

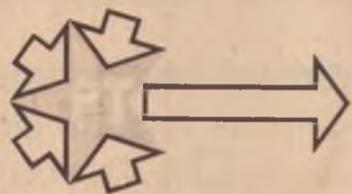
Além disso, defendemos uma plataforma de interesse dos trabalhadores e setores populares (fim dos pacotes de arrocho, desemprego e carestia, ruptura com o FMI e com os banqueiros internacionais, reforma agrária).

Em resumo, nos recusamos a aceitar que os trabalhadores se limitem a escolher entre as várias alternativas burguesas: lutamos para construir a nossa própria alternativa.

Se no campo social está claro qual o

conjunto de forças que pretendemos reunir, como fica esta proposta no campo político, uma vez que dos partidos legalizados hoje, só o PT tem compromissos com os trabalhadores e setores populares?

Na verdade, existem partidos não legalizados, que hoje se abrigam no PMDB, mas que têm vínculos com os trabalhadores: PCB, PC do B. Além disto, o PMDB e o PDT têm setores populares, que com o crescimento e a radicalização do movimento de massas podem ser puxados e levados a uma ruptura com as direções burguesas e conciliadoras dos seus partidos. É evidentemente difícil reunir todas estas forças hoje; mas esta ampla unidade é a única que pode levar ao poder os trabalhadores e o povo.



## 2. Que alianças o partido deve fazer?

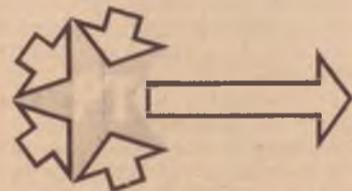
Muita confusão costuma ser feita em torno de quais alianças devem ser defendidas pelo PT. A questão comporta dois casos bem distintos: o das alianças táticas, em cima de uma ou outra questão concreta, e o das alianças estratégicas, que envolvem a questão do poder.

Não há diferenças apreciáveis entre as várias propostas no interior do PT sobre

as alianças táticas, todos estão de acordo em que elas devem ser as mais amplas possíveis, em torno das reivindicações básicas colocadas para o movimento popular. Por exemplo, na campanha pelas eleições diretas, é totalmente correto buscar a unidade, enquanto for possível, com os partidos burgueses.

Outra é a questão com relação às alianças estratégicas e à questão do poder. Para os setores mais à direita do partido, também neste caso podemos compor com a grande burguesia, inclusive aceitando apoiar um candidato seu para a presidência. Para os setores mais à esquerda do partido, para os que defendem uma posição classista conse-

quente, nossas alianças no campo estratégico devem se dar com os setores do movimento operário e popular, e devemos lutar neste caso pela hegemonia dos trabalhadores. Esta intransigência classista estratégica, esta defesa firme da independência de classe dos trabalhadores, não se contrapõe à flexibilidade tática.



## 3. Devemos assumir a defesa da Constituinte?

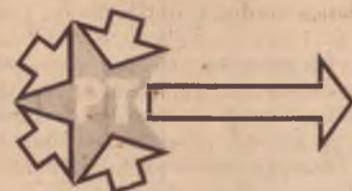
A questão da Constituinte divide o PT de modo especial: há apoiadores e adversários desta proposta na direita, no centro e na esquerda do partido. Os argumentos contrários variam: a questão do poder não está na ordem do dia, a Constituinte reforçaria os liberais, etc.

Na verdade, a Constituinte está mais atual do que nunca, com o desenvolvimento da campanha pelas eleições diretas. Ela é a bandeira que resume e globaliza as reivindicações democráticas (contra a Lei de Segurança Nacional, contra a CLT, pela total liberdade de organização partidária, contra a lei de imprensa, a lei dos estrangeiros, etc). É a

bandeira que fecha o caminho para qualquer conciliação, qualquer negociação com o regime em torno das diretas.

É um erro pensar que a Constituinte levaria água ao moinho dos liberais burgueses. Pelo contrário, no interior de uma campanha pela Constituinte a propaganda de um Governo dos Trabalha-

dores seria feita de forma muito mais concreta, associada a um programa de transformações sociais profundas. Aliás, se a Constituinte favorece a burguesia liberal, como pensam alguns, o que dizer então das eleições diretas? Para sermos consequentes com a recusa da Constituinte, deveríamos cair no mais completo purismo doutrinário.



## 4. Devemos lançar já um candidato?

Este será um dos debates principais da convenção nacional. Como vimos, os setores mais à direita do PT se posicionam contra este lançamento, pensando em apoiar um candidato liberal-burguês; os "113" preferem esperar para ver. A esquerda, também há dúvidas sobre a oportunidade do lançamento: alguns setores preferem aguardar para ver se não haveria a possibilidade de apoiar um candidato popular mais amplo; outros preferem enfatizar agora o programa do PT, e não um candidato próprio.

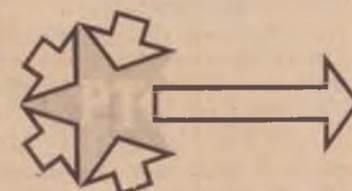
Mas a posição mais correta é sem dúvida o lançamento de um candidato do PT — Lula, é claro — na convenção nacional, junto com a definição de uma clara plataforma do partido. A campanha pelas diretas tem sido hegemonizada pelos liberais. Para o PT, é urgente demarcar mais a sua posição no interior desta campanha, enfatizar as suas propostas próprias, não aceitar o domínio dos liberais. E um programa, uma perspectiva próprios ficam muito mais claros com um candidato próprio

que encarne este programa e esta perspectiva.

Além disso, tem sido amplamente reconhecido que no conjunto das mobilizações pelas diretas Lula é o orador mais aplaudido.

A idéia de não lançar Lula para tentar um candidato popular "mais amplo" é um erro. Para começar, os eventuais candidatos populares de fora do PT estão presos aos seus partidos (PMDB) e não têm a maior chance de saírem candi-

datos. Além disso, é evidente que hoje não há nenhum candidato no campo popular "mais amplo" do que Lula; ele é sem dúvida o nome de maior ressonância nacional. E para finalizar, o lançamento de Lula como candidato não fecha as portas a uma eventual composição mais ampla posterior, se por algum acaso os setores populares do PMDB romperem e formarem um novo partido, ou coisa parecida. Assim, só podemos perder em retardar o lançamento de um candidato dos trabalhadores para a presidência.



## 5. Como avançar na construção do partido?

No campo das propostas de construção do PT, as polêmicas têm sido bem menores. Aliás, as propostas têm sido poucas. O "Projeto Político" do Diretório Nacional tem justamente nesta questão a sua grande debilidade, e as outras propostas também não têm avançado muito.

No entanto, esta é uma questão central para o desenvolvimento do PT, especial-

mente para os que lutam para construir-lo como partido dirigente das lutas dos trabalhadores.

Talvez a questão mais importante, que vem se arrastando há muito tempo, seja a de um jornal para o PT. E não qualquer jornal: um partido que se pretende partido de massas, como o PT, deve ter um jornal de massas, ágil, popular, orientador para a militância, bom para ser vendido em grande quantidade nas

portas de fábrica, nos bairros populares, etc.

A segunda decisão de extrema relevância para a construção do PT é a centralização da atividade de seus militantes no movimento sindical. Isto significa desde ter propostas comuns para intervir nas campanhas salariais, como encaminhar posições unitárias nos períodos de eleições sindicais, como também definir

uma política global e coerente de construção da Central Única dos Trabalhadores.

A terceira questão decisiva diz respeito à organização da direção nacional do partido. Aí o desafio é compor um diretório nacional e uma executiva com representatividade operacionais para dinamizar a construção e as atividades do partido no movimento de massas.

# As eleições e o processo revolucionário na Nicarágua

A comemoração dos 50 anos da morte de Sandino no dia 21 de fevereiro em Manágua e que reuniu mais de cem mil pessoas foi um ato político de extrema importância. Foi antes de tudo o respaldo popular e das delegações estrangeiras para o anúncio da regulamentação do processo eleitoral e uma demonstração de força do processo revolucionário nicaraguense.

O ato foi precedido por uma vigília cívica em todo o país organizada pelos Comitês de Defesa Sandinista: em todos os bairros e cidades mais distantes, centenas de pessoas que não iriam ao ato central na manhã seguinte passaram a noite ao redor de fogueiras acesas entoando canções revolucionárias.

As sete da manhã milhares de nicaraguenses saíram de todos os cantos da cidade em busca de condução para a Praça da Revolução, num espetáculo colorido de bandeiras azuis e brancas e vermelhas e negras. O ato foi transmitido pela TV e pelo rádio Sandino e nos bairros e cidades distantes as pessoas colocavam seus aparelhos nas janelas para que todos pudessem assistir.



## “Nossa democracia é aquela com a qual sonhou Sandino”

Aqui há uma guerra provocada por aqueles que tentam novamente assassinar Sandino; uma guerra decidida por aqueles que se negam a aceitar a transformação histórica ocorrida na Nicarágua; uma guerra decidida por aqueles que se negam a atender o diálogo e a solução política dos problemas da América Central e não querem escutar ao grupo de Contadora. Uma guerra decidida por aqueles que invadiram a pequena ilha de Granada para ensinar orgulhosos essa vitória vergonhosa, que não foi maior do que a que alcançaram quando essa política imoral decidiu lançar a bomba atômica sobre os povos de Hiroshima e Nagasaki, o bombardeio ao Vietnã e o bloqueio a Cuba.

Há que dizer aos governantes norte-americanos de uma vez por todas as que ao invés de haver investido 73 milhões de dólares na agressão à Nicarágua, deveriam investi-las em programas sociais que negaram aos pobres dos EUA, aos negros, aos hispanos, aos índios. Não os fizeram para que? Parab aumentar os gastos militares. (Aplausos).

Esta manhã, ao render homenagem ao General Sandino, estamos reafirmando o caráter desta Revolução não alinhadas e pluralista que a cada dia que passa se consolida mais e mais, se desenvolve. Esta revolução que passa por todo um processo de institucionalização como prova de que já é um processo irreversível, de uma Nicarágua livre que avança solidária com os povos da Ásia e África, da América Latina e Europa e também com o povo dos EUA que tem sabido mostrar aos nicaraguenses seu carinho e solidariedade (Aplausos).

### O que é democracia

Nesta Nicarágua de Sandino estamos construindo pela primeira vez a democracia. Para nós democracia é alfabe-

ticação, é saúde e organização para o povo. Para nós, democracia é o direito dos trabalhadores, é Reforma Agrária, soberania, independência e autodeterminação. Para nós, democracia é amarmos de verdade uns aos outros, o que quer que dizer enterrar o egoísmo, a avareza, a sede do dinheiro (aplausos) Porque o cristianismo e o marxismo são parte da democracia sandinista, porque nós não queremos a democracia que a administração norte-americana nos quer impor, definitivamente não a desejamos como a desejam alguns que equivocadamente nasceram em terras nicaraguenses (aplausos). Como tampouco aceitamos as lições que querem nos impor sobre democracia aqueles que nos anos 60 negavam o voto a vários milhões de cidadãos norte-americanos pelo simples fato de serem negros.

Não queremos essa democracia em que participam apenas 30% da população nas eleições para escolher presidentes. Aqui não queremos essa democracia de Klu-klux-klan, não queremos essa democracia que ocupa o poderio econômico e militar para ameaçar e agredir quem não se submete aos desígnios imperialistas; não queremos essa democracia que define fronteiras externas. Essa democracia nós já conhecemos do tempo de Somoza.

Que se deixe essa democracia para os governantes norte-americanos, mas não a desejamos nem a seu povo nem a seus familiares (aplausos) porque aqui temos vindo construindo nossa democracia e dando nossa contribuição à democratização da América Latina e em particular à América Central. Desde antes do triunfo, em nosso programa original, colocamos a realização das eleições.

### Anistia

No mês de agosto de 80 ratificamos essa decisão e no mês de dezembro de 83 fizemos um decreto para que o Conselho de Estado trabalhasse as propostas para sua aprovação definitiva. (...) “Ortega passa a ler o decreto em sua forma final

Pela Junta de Governo e pela Direção Nacional da FSLN falou Daniel Ortega anunciando as novas medidas tomadas e aprovadas ali, diante da massa. As eleições para presidente e vice-presidente da República e de uma Assembléia Nacional composta por 90 membros e que terá por 2 anos funções constituintes — foram marcadas para o dia 14 de novembro deste ano, dois dias antes das eleições norte-americanas. O novo governo entrará em exercício a partir do dia 10 de janeiro de 1985 por um prazo de seis anos. Ortega anunciou ainda o direito de voto dos jovens maiores de 16 anos e um novo decreto de anistia, estendendo o prazo até o dia 4 de maio para os contra-revolucionários que ainda queiram se beneficiar dela.

No momento em que a Nicarágua continua ameaçada por todos os lados pela agressão imperialista. EM TEMPO divulga em primeira mão o discurso de Daniel Ortega pronunciado no último dia 21. E discute a relação destas eleições com a consolidação do poder revolucionário.

## O Estatuto Eleitoral Os contras ficam de fora

O Estatuto Eleitoral que regerá as eleições de 4 de novembro na Nicarágua estabelece que “o exercício do sufrágio deve ser considerado na Nicarágua Revolucionária uma responsabilidade patriótica onde o cidadão exerce-o livremente, participando na eleição de suas autoridades supremas, e ao mesmo tempo, como um direito cívico que visa expressar e garantir a presença direta do povo nos assuntos fundamentais do país, ou seja, seu inarredável direito a construir a nova sociedade e seu próprio futuro sem intromissões externas” (Barricada, 23/02).

Têm direito a votar os militares e religiosos, assim como os maiores de 16 anos. A exceção são os condenados por crimes contra a Patria (contra-revolucionários envolvidos nas operações militares da ARDE e a FDN. O presidente e o vice serão eleitos por maioria simples enquanto os representantes da Assembléia Nacional deverão obter 20 mil votos de acordo com uma divisão por regiões. A Assembléia Nacional terá 90 membros. Os partidos poderão se apresentar às eleições, separados para presidente e juntos, em bloco, para as legislativas. Igualmente o Estado assumirá os custos das campanhas eleitorais de todos os partidos participantes. Com esse objetivo já foi destinado uma parcela do Orçamento Nacional.

### A pressão do imperialismo

As primeiras reações dos partidos burgueses da oposição estão claramente sintonizadas com a política do imperialismo de promover o abstencionismo eleitoral. São ilustrativas as denúncias feitas pelo Comandante Daniel Ortega em Barricada de 23 de fevereiro onde acusa os Estados Unidos de estar realizando pesquisas de opinião, com o objetivo de mostrar o apoio minoritário do FSLN, de maneira a descaracterizar a vitória dos sandinistas nas eleições de novembro. Ortega revelou também que o imperialismo norte-americano está exercendo pressões sobre os grupos políticos opositores para não participar das eleições.

A sabotagem e o boicote dos partidos burgueses de oposição hoje se concretiza no abandono do Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Social Democrata (PSD) do Conselho de Estado que prepara as eleições de 4 de novembro.

## Remédios para a revolução

De acordo com Paulino Castellón, responsável pelo Departamento de Relações Internacionais do Ministério da Saúde da Nicarágua, os sandinistas têm enorme carência de:

- 1 — O remédio Gluantine (da Bayer) ou Foadin
- 2 — Pomadas para queimaduras profundas ou em pó
- 3 — Seringas descartáveis

Enviar para os seguintes endereços:

CEPIS — Rua Ministro Godov, 1484 — São Paulo

Centro Pastoral Vergueiro — Rua Vergueiro, 7290 — São Paulo

Comitê de Solidariedade XI de agosto Largo São Francisco, 95 — São Paulo



Mais de cem mil pessoas abertoraram a Praça da Revolução

## Os 600 mil militantes da revolução



Cada vez mais e mais setores do operariado e do campesinato têm se organizado, sob a condução do sandinismo para a intervenção direta no processo revolucionário.

Discursando em dezembro passado, o comandante Jaime Wheelock disse que “nós temos mais de 600 mil militantes nas organizações populares. Eu creio que a FSLN é a organização política mais forte da Nicarágua e pode ser do ponto de vista da força moral e política, que jamais haja existido na Nicarágua e a na América Central, uma força igual”.

Efetivamente, sobre o total da população, os números das organizações de massa que constituem hoje o pilar fundamental do poder dos trabalhadores, é impressionante: a Associação de Trabalhadores do Campo (ATC) tem 40 mil filiados, a Central Sandinista de Trabalhadores (CST), 90 mil; a organização de mulheres (AMN-LAE); 70 mil, os 12 mil Comitês de Defesa Sandinista (CDS), 500 mil (sendo que na Grande Manágua os 5 mil vigilantes noturnos tem uma proporção de 75% de mulheres); a União de Agricultores e criadores de gado (UNAG), 70 mil; as Milícias Populares Sandinistas 80 mil e o Exército Popular Sandinista, de 20 a 25 mil.

### Reforma agrária

Outro elemento importante na consolidação do poder revolucionário é dado pela reforma agrária desenvolvida pelo governo sandinista, desde 1979, até hoje. A primeira fase da reforma agrária desapropriou 20 por cento das terras férteis que se encontravam nas mãos da família Somoza e que eram destinadas ao cultivo da cana e do café, criando com essas terras uma área estatal que foi cedida às cooperativas estatais dirigidas por camponeses sem terra nem emprego.

A segunda fase começou em 1981 com a desapropriação das terras baldias e subutilizadas. Cerca de 250 mil hectares foram distribuídas entre famílias de pequenos proprietários rurais, satisfazendo os anseios democráticos de um amplo setor do campesinato. A terceira fase da reforma agrária que começou em 1983 e se estenderá por todo o ano de 1984 levará à desapropriação e, depois, à distribuição de terras uma área total de 1 milhão de hectares.

Igualmente importante é o processo de implantação dos Comitês de Defesa Sandinista (CDS) nas fábricas, para a defesa econômica e militar da revolução. Esse processo tem avançado significativamente quebrando o boicote e a sabotagem dos patrões que tentam dividir o movimento operário por meio das centrais “amarelas”, a CNT e o CUS.

## A democracia não é um poder abstrato

Para os sandinistas, as eleições são um passo adiante na consolidação do mandato popular contido na insurreição que derrubou a ditadura.

Como entender o calendário eleitoral aprovado pelo Conselho de Estado e ratificado pela concentração do dia 21 de fevereiro em Manágua? É um recuo na consolidação do processo revolucionário? Trata-se de uma simples manobra diversionista para afastar o perigo de uma intervenção direta do imperialismo na região? Tais questões têm ocupado o centro do debate que a FSLN e as organizações de massa desenvolvem sobre os rumos da construção de um novo regime na Nicarágua.

Num artigo assinado por Daniel Martínez sob título “Democracia, poder do povo”, no jornal “Barricada” 19 de janeiro órgão oficial da FSLN, este tema é “Falar de eleições é relativamente fácil e pode-se fazer todo tipo de gargarejos com a democracia em abstrato. Também pode-se refletir sobre “outros processos democráticos” alheios à realidade nicaraguense, idealizando sua efetividade e ocultando seu caráter classista. Pelo contrário, o que, sim, requer mais esforço e seriedade é falar do poder concreto” (...). “A revolução constitui um ato de justiça pelo qual surge a democracia. Esta nova democracia, porém, é verdadeira porque nasce com uma enorme base popular e é expressão da unidade nacional por ter alcançado as aspirações das maiorias e tem o atributo principal da participação massiva e direta dos trabalhadores no exercício do poder” (...). “Quando a direita e a reação dizem que na Nicarágua haverá democracia somente com as eleições, estão desconhecendo o mandato popular contido na insurreição que derrubou a ditadura” (...). As eleições são um passo a mais a construção da nova sociedade e uma demonstração de soberania face à agressão imperialista”.

Para o conjunto de forças revolucionárias, a realização das eleições de 4 de novembro, tem por objetivo a consolidação do poder instaurado com a derrubada da ditadura em julho de 79. A extensão do direito ao voto aos jovens entre 16 e 18 anos e aos soldados, mais do que a extensão de direitos de cidadania burguesa, constitui a institucionalização de uma conquista revolucionária que se patentiza na adesão cotidiana de milhares de jovens às tarefas da defesa da revolução, tanto no plano militar quanto no plano econômico. Ao mesmo tempo, a participação das milícias populares no processo eleitoral decorre do seu papel central na defesa militar da revolução, da sua natureza popular que exprime a participação ativa dos trabalhadores e camponeses na direção dos destinos do país.

### Mobilizar a classe operária

No mesmo sentido se encami-

nam as posições da Central Sandinista de Trabalhadores e da Associação de Trabalhadores do Campo, a primeira com 70 mil e a segunda com 40 mil filiados Lucio Jimenez e Edgardo Garcia, máximos dirigentes da CST e da ATC, respectivamente declararam ao “Barricada” de 19 de janeiro que “com as eleições vamos institucionalizar o poder dos trabalhadores... vamos garantir que não seja devolvida das mãos do povo nenhuma fábrica, nenhum engenho, nenhum pedaço de terra, vamos garantir que a burguesia jamais voltará ao poder”.

O líder da CST assinalou também que “as eleições não são mais que a institucionalização das conquistas revolucionárias e do poder popular. Somos avalistas das eleições porque é nosso projeto. Vamos convocar uma mobilização nacional da classe operária para garantir, que projeto eleitoral seja na Nicaragua a realidade que sonhamos”. Anunciava, ao mesmo tempo, a realização, até 8 de março, de pelo menos 600 assembleias nas bases.

Para o conjunto de forças revolucionárias, a realização das eleições de 4 de novembro, tem por objetivo a consolidação do poder instaurado com a derrubada da ditadura em julho de 79. A extensão do direito ao voto aos jovens entre 16 e 18 anos e aos soldados, mais do que a extensão de direitos de cidadania burguesa, constitui a institucionalização de uma conquista revolucionária que se patentiza na adesão cotidiana de milhares de jovens às tarefas da defesa da revolução, tanto no plano militar quanto no plano econômico. Ao mesmo tempo, a participação das milícias populares no processo eleitoral decorre do seu papel central na defesa militar da revolução, da sua natureza popular que exprime a participação ativa dos trabalhadores e camponeses na direção dos destinos do país.

### A oposição da direita

Não é pois, sem razão que o conjunto das forças políticas burguesas de oposição ao sandinismo, reunidas na Coordenadora Democrática “Ramiro Sacasa” proponham o desenrolar do processo eleitoral baseado na separação do Estado e do Partido, na anistia para “todos” os nicaraguenses, incluídos os somozistas e as lideranças da contra-revolução armada, na limitação do voto aos maiores de 21 anos, na interdição do voto aos militares, e na realização separada das eleições para a Assembléia Nacional e para presidente.

A Coordenadora Democrática burguesa é formada pelo Partido Liberal Constitucionalista pelo Partido Social Democrata, pelo Partido Social Cristão, pelo Conselho Superior da Empresa Privada e duas centrais sindicais (a CNT e a CUS), e visa sobretudo a descaracterização do poder dos trabalhadores materializado nas organizações sandinistas, via delegação do poder a uma Assembléia Nacional Constituinte. Os sandinistas, por isso têm rejeitado qualquer iniciativa nesse sentido e aprovaram a eleição simultânea do Executivo e do Legislativo.

A extensão do voto aos menores de 18 anos e aos soldados gerou uma ampla mobilização nacional. Em 18 de fevereiro foi realizada em Manágua o Primeiro Encontro de Jovens Trabalhadores, que contou com a presença de cinco mil representantes. Na ocasião, o coordenador da Juventude Sandinista-19 de julho (JS-19 de julho) anunciou a mobilização geral pelo voto aos 16 anos, prometendo juntar 200 mil firmas para serem entregues ao Conselho de Estado. No mesmo dia, uma delegação da JS-19 de julho entregou ao Conselho de Estado 80 mil assinaturas apoiando o voto aos menores de 18 anos, as quais correspondiam somente à população de Manágua.

Bolívia

## Patrões x operários paralisam o governo

As jornadas de luta travadas pelos trabalhadores bolivianos indicam que o processo político vivido por este país ingressa em uma nova fase. Após quinze meses de governo da Unidade Democrática e Popular (UDP), o país enfrenta uma profunda crise econômica e social; a capitulação frente ao FMI e a aplicação de uma dura política de austeridade pela UDP (coligação do Partido Comunista, Movimento Nacionalista Revolucionário-Esquerda e Movimento de Esquerda Revolucionário) provocou a rápida erosão da base social de apoio do governo. O governo reformista do presidente Siles Zuazo perdeu a confiança das massas trabalhadoras.

A primeira e mais profunda expressão do confronto crescente entre os trabalhadores, de um lado, e o governo e a burguesia, de outro, foi a greve geral de 48 horas, realizada em 13 e 14 de dezembro, por convocação da COB.

O governo vinha postergando a

resposta à proposta de um programa de emergência operário e popular formulado pela COB, no qual ele assumiria o co-governo e os ministérios-chaves (finanças, trabalho, interior e exterior) e o país romperia seus laços com o imperialismo.

A greve impulsionou um processo de radicalização das lutas de massa que conduziu a deflagração, em 23 de janeiro, de uma greve de fome da direção da COB. Ela se expandiu, abarcando, durante seis dias, cinco mil sindicalistas de todo o país. Não apenas os mineiros mas também os camponeses desenvolveram intensos protestos contra o governo e sua política econômica. Formou-se uma extensa rede de comunicação alternativa, integrada pelas rádios dos sindicatos em cadeia nacional, com alto falantes colocados nas ruas das principais cidades do país. O governo teve que retomar as negociações.

A principal reivindicação, que divide o país em dois campos, é a de um salário mínimo vital com escala



móvel, que implicaria imediatamente na triplicação dos salários. Independente dela, os trabalhadores já conquistaram o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e golpearam duramente toda atividade comercial especulativa.

Atualmente, as negociações entre a COB e o patronato estão novamente suspensas. Boatos de tramas de golpes militares correm soltos. E a COB prepara o seu VI Congresso, através de um amplo processo de discussão em toda a população oprimida. O sentido do processo político em curso é o de um confronto entre o poder operário e popular e a burguesia, materializados na COB e no aparelho de estado.

Estados Unidos

## O "fenômeno" Gary Hart

Neste jogo de cartas marcadas que são as eleições presidenciais norte-americanas, a súbita ascensão da candidatura de Gary Hart, pelo Partido Democrata, acabou sendo uma surpresa. Ele vem sendo comparado a John Kennedy mas muito pouco se sabe a respeito de sua trajetória política. Pode-se dizer que sempre esteve "em cima do muro" no que diz respeito às principais questões de seu país e da política externa da Casa Branca.

Ninguém acreditava que Gary Hart pudesse ir muito longe com sua campanha, principalmente por ter de enfrentar a tremenda máquina eleitoral de Walter Mondale, até dias atrás o franco favorito dos democratas. Mas, Hart vem conseguindo

expressar um certo descontentamento do eleitorado americano, cansado das mesmas velhas figuras. Ele tem feito viscerais ataques a Reagan e Mondale e amarra seu leque de propostas no feixe que ele mesmo chama "novas idéias".

Até o momento, ele definiu muito poucas dessas idéias. Já se manifestou contra "o Wellfare State" vigente até a era Reagan, mas propõe uma solução menos drástica que o simples corte de benefícios: quer investir na indústria de ponta, retrainar trabalhadores e mudar os contratos de trabalho que ainda se baseiam no velho espírito do "New Deal". Não explicou como pretende fazer isso.

Em política externa, assunto que diz mais respeito aos países do Terceiro Mundo, Hart não disse nada até agora. Mas sabe-se que assim como os demais democratas e Reagan defende maior verba para armamentos nucleares, só que os democratas pedem um orçamento em torno de 20 a 25% dos recursos da União, enquanto Reagan fala em pelo menos 30%. Os candidatos democratas, com exceção do pastor negro Jesse Jackson, ainda não tomaram posição a respeito da intervenção norte-americana na América Central. Pode-se concluir então que o "fenômeno Hart" é muito mais um produto dos meios de comunicação do que uma real opção de mudança nos Estados Unidos.

Montoneros

## Solidariedade a Firminich

A situação jurídica do montonero, Mário Firminich está ainda em seus trâmites primários sob a alçada do Ministério da Justiça cuja função é a de verificar se os crimes que são imputados a ele pelo governo argentino e que justificam o pedido de extradição tem correlação na legislação brasileira. O mais provável é que depois do parecer do Ministério, caiba recurso para o Supremo Tribunal, que deve demorar de 4 a 5 meses para ser julgado.

Firminich tem um filho nascido no Brasil e é nisso que a defesa vai se apegar para tentar sustar a extradição. Existe um precedente famoso, o caso de Ronald Biggs, assaltante de um trem pagador inglês que também

tinha um filho brasileiro e acabou sendo julgado aqui mesmo.

No momento, Firminich está preso no Rio de Janeiro em condições um pouco melhores do que as iniciais, dada a grande pressão da solidariedade que vem recebendo de várias entidades e partidos políticos.

No momento a luta está centrada em se conseguir que Mário possa receber visitas além das do seu advogado e família. Uma delegação de argentinos que veio de seu país, especialmente para vê-lo, foi barrada na porta. Mas a solidariedade insiste: toda as quintas feiras, no horário das visitas, um grupo de apoio estará firme, pedindo para vê-lo.

Chile

## Cassados os direitos de Seguel

O líder sindical Adolfo Seguel teve seus direitos políticos e sindicais cassados pela ditadura do Gal. Augusto Pinochet. Este golpe na figura do líder sindical mais conhecido, se dirige na verdade contra o movimento sindical em seu conjunto na medida em que este tem-se colocado na vanguarda do movimento de oposição à ditadura.

O vigoroso movimento de massa chileno que vinha num crescendo desde fins de 1982 e que transformou o perfil político do país, permitindo a reorganização das forças políticas que se encontravam proscritas há mais de dez anos, forçou, em determinado momento, o governo a introduzir mudanças em sua atuação anunciando um plano de abertura política: a volta dos exilados e a revisão das leis políticas. Para conduzir o processo de abertura, a ditadura colocou no Ministério do

Interior o ex-presidente do Partido Nacional, Sergio Onofre Jarpa, conhecido por ser um "bom político".

Desde meados de outubro de 83, a partir do aceno "aberturista" da ditadura os setores liberais da nascente Aliança Democrática (que a princípio abrigava todos os setores de oposição) decidiu partir para o diálogo. Tal fato dividiu o movimento e funcionou como um freio para a crescente mobilização. Foi neste momento que o movimento sindical assumiu a direção do movimento contra a ditadura, conclamando novamente à mobilização massiva e à unidade e passando a discutir e organizar a greve geral como um instrumento de aprofundamento da luta. É neste contexto que deve ser entendida a nova investida repressiva da ditadura.

Líbano

## A guerra continua

Com duração prevista para dois dias, os representantes das principais comunidades político-religiosas libanesas iniciaram na segunda-feira, dia 12 de março, em Lausane, Suíça, nova rodada de negociações, visando a estabelecer um acordo nacional que devolva ao Líbano um mínimo de estabilidade social e política e permita a restauração de sua integridade territorial.

É importante notar que esse segundo turno (o primeiro ocorreu, fins do ano passado, em Genebra) da chamada "Conferência de Reconciliação Nacional" têm lugar em um momento em que a Síria reúne todos os trunfos para ser o grande árbitro de um futuro equilíbrio libanês.

Afinal, foi com a inestimável ajuda de Damasco que xiitas e drusos puderam, mês passado, fazer em frangalhos o exército regular libanês e retomar o controle total sobre Beirute-Oeste. Foi sob instruções do presidente Hafez Assad que o isolado Amin Gemayel "decidiu" romper o acordo israelo-libanês (com interposto memorando de Washington) de 17 de maio de 1983.

Assim, diferentemente daquelas primeiras conversações, essas devem conduzir a algo de concreto, isto é, devem conduzir a um reordenamento político-institucional do Líbano, como fruto de uma redistribuição do poder entre as burguesias de diferentes confissões.

No Líbano, a questão da luta de classes é, hoje, abafada com relativa facilidade pela questão nacional.

Quanto a Israel, dadas as pressões internas para que se efetive a retirada de tropas, permanentemente hostilizadas pela população local, do sul do Líbano, é provável que, apesar de alguns rugidos lá e cá, o governo Shamir não crie embaraços ao bom desdobramento das negociações em curso em Lausane.

No mais, é notório que o Likud (bloco político no poder em Jerusalém) perdeu, ao menos temporariamente, a capacidade de produzir fatos.

A curto ou médio prazo, Damasco, por um lado, e Washington e Jerusalém, por outro, deverá entabular conversações. Somente, Reagan e Shamir não terão a moleza de um acordo tipo Camp David.

Assine

A mais completa análise da luta de classes a nível mundial.

PERSPECTIVA Internacional



PERSPECTIVA Internacional

À Editora Aparte Ltda.

Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP

CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral da revista **Perspectiva Internacional**.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Cidade: .....  
Bairro: .....  
Estado: .....  
CEP: .....

Assinatura por 6 números: Cr\$ 5.000,00  
Para o exterior: US\$ 40

## Estudantes/São Paulo

**É necessário unificar o movimento**

*Num momento em que lutas ocorrem nas escolas e que as atividades decididas no último Conselho de Entidades Gerais para integrar os estudantes na campanha das diretas são preparadas é necessário superar de vez com o racha existente na UEE-SP.*

**E**m um momento em que amplos setores sociais se mobilizam na campanha das diretas, o movimento estudantil não permanece parado. Nas Faculdades Metodistas do ABC, a escola de Comunicações está em greve, com cerca de seiscentos estudantes ocupando a reitoria, exigindo a reintegração de professores arbitrariamente demitidos e a eleição direta do diretor dessa faculdade. Na Odontologia da USP, também devido à exigência de diretas para diretor da escola, ocorrem assembleias massivas, com a ocupação da diretoria estando em pauta. Na UNESP, a comunidade universitária elegeu diretamente seu reitor, mas o Conselho Universitário indicou ao governador Montoro uma lista sextupla onde sequer aparece o nome eleito, apesar de constar o nome do atual reitor, que pela lei é inelegível. Montoro diz que não aceita a lista, mas até agora não a devolveu e a comunidade se organiza para prosseguir a luta. Na Universidade Federal de São Carlos, a portaria do MEC que retira os

subsídios dos restaurantes universitários produziu seus efeitos com o aumento do preço das refeições e, em resposta, os estudantes ocuparam o restaurante.

As atividades decididas no último Conselho Nacional de Entidades Gerais que integram os estudantes na campanha das diretas estão sendo encaminhadas, apesar de todas as debilidades. O Dia Nacional de Luta em protesto contra os vinte anos de Ditadura Militar marcado para 28 de março já conquistou a adesão das entidades secundaristas e juvenis de partidos políticos e a idéia é ocupar a Praça da Sé: de manhã haveriam passeatas a partir das escolas, enterrando o Regime Militar, à tarde, diversas atividades e às 19 horas um ato público. O plebiscito nacional sobre as eleições diretas nos dias 26 e 27 de março e a greve geral no dia da votação da emenda Dante de Oliveira estão menos divulgados e é urgente intensificar sua preparação. Além disso, está sendo preparado um Show no Ibirapuera no dia 31 de março. "Triste aniversário: vinte anos de

Ditadura Militar" é o tema que permeia todas essas atividades.

É nesse quadro que está colocada a divisão da diretoria da UEE-SP. Eleita no Congresso do ano passado essa diretoria era signatária das esperanças de milhares de estudantes de verem os problemas do movimento estudantil começar a serem superados. No entanto, do Congresso para cá uma parte da diretoria, composta pela tendência dos autonomistas de SP e pela "ex"-tendência Liberdade e Luta, se auto-proclamando "representante dos independentes", não têm respondido a estas expectativas.

Chamados através de carta pessoalmente entregue a cada um dos diretores a realizar uma reunião de diretoria para normalizar a vida da entidade, e convocar um Conselho Estadual de Entidades no sentido de encaminhar as lutas, esses senhores responderam por escrito que realizariam essa reunião até o dia 1º de março, mas nada fizeram. Disseram então que o fariam até o dia 9 de março, e de novo nada. Diante disso e da necessi-

dade de encaminhar as atividades decididas no Coneg, oito diretores da UEE e diversas entidades gerais do estado, inclusive o DCE da USP, através de seu Conselho de Centros Acadêmicos, passaram a convocar um Conselho de Entidades Estudantis para o dia 17 de março na Matemática e Física da PUC-SP às 9:00 horas. Na pauta, a campanha das diretas e as atividades do Coneg, as lutas nas escolas e a reunificação do movimento.

Ao invés de aderir a essa convocação e um marco unitário do movimento discutir as divergências, os autonomistas e libelus preferiram convocar o "seu" CEE para o dia 24. É de se perguntar: de que adianta um CEE nessa data se já nos dias 26 e 27 ocorrerá o Plebiscito Nacional e no dia 28 o Dia Nacional de Luta? Parece que a atitude desses senhores em se retirar do último Coneg está mesmo desembocando no paralelismo, pois a data proposta simplesmente desconhece a necessidade de se encaminhar suas deliberações.

## SINDICAL

## Ferroviários São Paulo

**Líder sindical denuncia irregularidades**

*Rafhael Martinelli é um antigo militante ferroviário. Foi presidente da Federação Nacional dos Ferroviários e um dos dirigentes do antigo CGT até o golpe militar de 64, quando foi cassado. Acusado de integrar a esquerda armada na década de 60 e participar do famoso assalto ao trem pagador, Martinelli amargou anos de prisão. Beneficiado pela lei da Anistia de 1979 teve que enfrentar a determinação da REFESA de não readmiti-lo. Aposentado, hoje continua na luta junto aos ferroviários onde apoia as iniciativas de formação de uma oposição ao pelego e deputado do PTB José Mendes Botelho. Membro do Diretório Estadual do PT de São Paulo, Martinelli vem fazendo circular uma carta denúncia onde aponta várias irregularidades existentes na Rede Ferroviária em São Paulo, sugerindo a formação de uma CPI.*

Os ferroviários, no passado, ocuparam o centro do movimento operário e sindical, junto com outras categorias de serviço básicos e infra-estrutura, como os trabalhadores de energia elétrica. Hoje é uma categoria que vem diminuindo seu contingente relativo, refletindo as transformações da economia brasileira e a política de transportes daí decorrente.

O caso das ferrovias começa nos anos 50, com o início da implantação da indústria automobilística, que já delinea o modelo econômico mais tarde desenvolvido. O automóvel, símbolo da modernização do país e com ele a expansão das estradas de rodagem, e o desenvolvimento de toda uma estrutura de comercialização e transporte à base da gasolina, fazem da ferrovia uma imagem do velho e tradicional, e dos ferroviários um símbolo de lutas do passado.

"As ferrovias são deficitárias", uma frase que de tão repetida assume o caráter de verdade estabelecida, e a cada dia são anunciadas desativações de ramais e de trens, sem uma maior repercussão na

opinião pública. E uma das explicações oficiais para os déficits da Rede Ferroviária é a dos baixos preços das passagens. No entanto, apenas cerca de 10% dos vagões são utilizados para transporte de passageiros e 90% do faturamento da empresa advém de quem usa igual percentagem de seus vagões — o transporte de carga. Mas empresários e proprietários de indústrias têm seu

**"Chico Ferroviário" exige assembleia**

Atrás desse personagem a oposição do sindicato dos ferroviários expressa o descontentamento e confusão reinante na categoria com a criação da CBTU — Companhia Brasileira de Trens Urbanos. A nova empresa divide a categoria em duas administrações diferentes, sem que até agora os trabalhadores saibam como ficam frente a nova situação, e sem poder apresentar suas próprias propostas de enquadramento. O sindicato, que tem base em S. Paulo e Mato Grosso do Sul, até agora nada disse e nada fez. Aliás uma atitude esperada.

Seu presidente, José Mendes Botelo, deputado fisiológico do PTB, sempre teve ótimas relações com a empresa, de quem inclusive obteve a cessão de prédios para seus "escritórios políticos". Frente a divisão da categoria Botelho fica calado, talvez participando das negociações e divisões de cargos e empregos, enquanto os ferroviários engolem mais um sapo.

instrumento de defesa de interesses, o Conselho de Usuários, onde apesar do nome, não participam os usuários de trens de passageiros nem mesmo os trabalhadores do setor.

**Interesses encobertos**

Nesse quadro uma das medidas

tomadas pelo Ministério dos Transportes foi separar os transportes de cargas dos de passageiros e, posteriormente, a criação da Companhia Brasileira de Transporte Urbano, que deverá cuidar exclusivamente dos trens de subúrbio. Olhada com muita desconfiança pelos trabalhadores do setor (ver box) a CBTU é mais uma estatal, ligada a ENGEFER, a mesma que não conseguiu concluir a Ferrovia do aço. Rafael Martinelli também aponta dúvidas sobre os interesses encobertos na criação da CBTU: se a questão é transporte de massas por que não transferir o transporte de passageiros do subúrbio paulista para um convênio entre a FEPASA, o Metrô e a CMTC, que de forma centralizada poderia traçar alternativas para o setor?

**Agente de repressão**

Mas a questão mais explosiva em que Martinelli põe o dedo é na Agência de Segurança e Informação, criada há poucos meses pela Rede Ferroviária. Seu objetivo é evitar conflitos e quebra-quebras, não pela superação de suas causas — o mau atendimento da população e o atraso dos trens, mas pela "repressão preventiva" aos usuários. Além disso, é claro, o controle de denúncia sobre os trabalhadores.

As denúncias de Martinelli são claras: a Agência é domínio de um antigo e conhecido agente da repressão, atuante nos anos duros da ditadura. E sem formalizar uma denúncia, Martinelli associa os quebra-quebras com os agentes desse setor da empresa, atribuindo à ativistas de direita os distúrbios ocorridos nos subúrbios paulistas.

Fica o desafio do ex-sindicalista: ser convocado para a Comissão de Inquérito formada no Ministério dos Transportes para averiguar denúncias de corrupção contra a direção da REFESA e a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar estas e outras questões.

**Eleições em S. Bernardo**

Estão sendo convocadas para os dias 2, 3, 4, 5 e 6 de junho as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. A hipótese mais provável é que saia uma chapa única com a hegemonia das lideranças que historicamente têm mantido o sindicato na vanguarda da luta dos trabalhadores brasileiros. Com uma novidade: discute-se a proposta de sair nesta chapa, contrariando a CLT que impede líderes sindicais cassados de ocuparem cargos eletivos, membros da antiga diretoria que sofreu a intervenção. Fala-se até na participação de Lula, uma maneira de dar mais peso à denúncia da repressão que pesa sobre o movimento sindical.

Como ocorre todo ano, formaram-se dois grupos para o encaminhamento da campanha salarial dos metalúrgicos paulistas. O primeiro, liderado pelos metalúrgicos de São Bernardo, que conta desta vez com a participação dos metalúrgicos de Santo André, Campinas, Sorocaba, Itu e São José dos Campos e tem como coordenador Jair Meneguelli. O segundo, puxado pela Federação dos Metalúrgicos de São Paulo.

As principais reivindicações dos metalúrgicos do grupo de oposição à Federação para a campanha cuja data-base é 1º de abril são: estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, escala móvel de salários implicando em reajustes sempre que a inflação atingir 10%, reajuste de 83% sobre os salários atuais (taxa calculada pelo Dieese para repor o nível de remuneração da categoria em abril de 1983).

Metalúrgicos / S. Paulo

# Forjar a unidade contra Joaquim

No domingo, dia 18 de março, uma Assembléia muito importante será realizada: a Reunião Geral dos Metalúrgicos de Oposição. Será um momento decisivo para a formação da chapa única de oposição.

Os metalúrgicos do PT já lançaram um manifesto firmando su posição. Afirmam neste manifesto que "... é hora de unir e não de dividir. O que nos une é a vontade de derrubar o pelego par fortalecer a nossa organização

e nossa luta".

Dando prosseguimento a cobertura do processo eleitoral dos metalúrgicos de São Paulo, EM TEMPO publica a íntegra do Manifesto dos Metalúrgicos do PT, um manifesto muito importante pela unificação dos militantes do PT no setor. Já estão sendo distribuídos 150.000 exemplares, antes da Reunião Geral, que tem assim a sua convocação reforçada.

**A** pesar de ainda estar em sua fase de articulação, a importância do processo de formação da chapa de oposição fica evidente pela reação patronal: em pelo menos 2 fábricas (na MWM e na SPRECHER SCHU) estão sendo realizadas demissões. O que os patrões visam são as comissões de fábricas que têm participado da luta pela articulação de um movimento unitário para derrotar Joaquinão. Os patrões com estas atitudes demonstram o temor que têm de um sindicato combativo, sem pelego. Ativistas da oposição denunciam a existência de um plano da federação empresarial, a FIESP, para desarticular as iniciativas de transformação do Sindicato em instrumento de luta dos trabalhadores.

A importância da REUNIÃO GERAL do dia 18 só fica mais evidente com esses acontecimentos. Para os metalúrgicos da oposição chega o momento de definição, um momento que não permite vacilações frente às chantagens patronais.

## Todos contra Joaquinão

A principal questão da REUNIÃO será a definição do caráter da chapa que deverá ser lançada.

Os metalúrgicos do PT tem defendido

que seja formada uma chapa de oposição que abarque todos os que lutam contra Joaquinão, uma chapa articulada em torno de um programa combativo, de luta pela democracia e pela independência do sindicato.

## Uma chapa com base nas fábricas

Para garantir esta chapa, é fundamental o estímulo a que as fábricas que tem organização participem ativamente de todo o processo. É uma maneira de trazer concretamente para o interior da chapa de oposição todos os setores combativos que surgiram no movimento metalúrgico nestes últimos anos, contando assim com grupos de fábricas, comissões e ativistas que estiveram a frente das lutas contra o arrocho e o desemprego, organizando-as. Todos estes sentiram a falta de um Sindicato presente nas lutas, que busque unificá-las somando forças de várias fábricas, generalizando a luta.

Trazendo todos estes setores para a constituição da chapa de oposição, conseguir-se-á ter força e penetração suficiente para impulsionar um sindicato de lutas, que não faça o jogo dos patrões.

Esta preocupação de articulação com o



A organização das fábricas na base da chapa de oposição.

trabalho nas fábricas, no entanto, não é vista apenas para o processo eleitoral. Os metalúrgicos do PT já levantam como uma de suas propostas de trabalho o funcionamento do sindicato articulado nas sub-regiões, sendo que estas devem ser controladas pelas fábricas organizadas na região e pela diretoria do Sindicato.

## Unidade em torno das decisões

Para que todos estes objetivos, para que a chapa que nascerá deste processo seja ampla o suficiente para abarcar todos que estão na oposição, é fundamental evitar qualquer sectarismo.

A discussão política deve ser o método básico usado na constituição da chapa e do programa da oposição.

Sendo um desfecho de todo o processo de articulação da oposição, esta REUNIÃO GERAL será local de discussões, debates, que vindo das fábricas, das assembleias regionais desaguarão nesta Assembléia Geral.

Os metalúrgicos do PT em seu manifesto já ressaltaram a importância da unidade de todos que lutam contra Joaquinão. E insistem que todas as decisões democráticas que forem tomadas devem ser respeitadas.

Esta posição sendo a de todos metalúrgicos de oposição, em muito fortalecerá a luta contra as ameaças patronais. E também aumentará a certeza de que a hora não é de vacilar frente ao "canto de sereia" de Joaquim, que tenta atrair alguns participantes da oposição.

## Metalúrgicos do PT

# Somos por uma Chapa Única de Oposição

"Este ano haverá eleições no nosso sindicato, que é o maior do Brasil: Mais de 300 mil metalúrgicos trabalham no município de São Paulo.

Não podemos mais ficar separados das lutas que outros sindicatos combativos, como o de S. Bernardo, estão travando contra o arrocho e o desemprego.

Nas assembleias só comparecem, quando comparecem, menos de 2% da categoria. A diretoria prefere aceitar o que os patrões estão oferecendo do que mobilizar e ouvir os metalúrgicos.

Mais de 100 mil companheiros foram demitidos. A diretoria não se preocupou em mobilizar a categoria para impedir as dispensas.

### Por que isso acontece?

Porque há 20 anos os militares, recebendo 50% dos patrões brasileiros e estrangeiros, deram um golpe e assumiram o poder no Brasil.

Há 20 anos os trabalhadores passaram a ser mais explorados. E, para isso, os patrões precisaram de homens de sua confiança para administrar os sindicatos e desunir os trabalhadores.

O Presidente do nosso sindicato sempre foi um dos homens de confiança

dos patrões e dos militares que deram o golpe.

Joaquim dos Santos Andrade começou a sua carreira exatamente em 1964. Foi nomeado interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos. Depois, arrumaram uma eleição em São Paulo, com as cartas marcadas pela polícia, para ele assumir a diretoria do nosso sindicato.

O sindicato sumiu. A diretoria ficava quieta e até ajudava a polícia dedando companheiros que queriam resistir à exploração. Muitos foram perseguidos, presos e torturados.

Nas eleições sindicais de 1978, a turma do Joaquim roubou escandalosamente. O governo e os patrões ficaram tão satisfeitos que o próprio ministro do trabalho veio à posse da diretoria.

A diretoria traiu os metalúrgicos nas greves de 78 e 79, quando morreu o companheiro Santo Dias da Silva.

Em 1980 durante a greve do ABC, que exigia aumento salarial e estabilidade no emprego, enquanto Lula e seus companheiros eram presos e cassados, a diretoria do nosso sindicato não convocou sequer uma assembleia, para dar apoio aos metalúrgicos do ABC.

Em 1981, a chapa da diretoria perdeu as eleições nas fábricas, mas fajutou os resultados com os votos dos aposentados e dos funcionários do sindicato.

A diretoria do sindicato não tem feito nada para enfrentar a crise. Não mobilizou e nem organizou os metalúrgicos para lutar contra o arrocho salarial, o desemprego e a carestia.

Em S. Bernardo, a diretoria lutou, foi cassada, mas continua lutando e liderando a campanha salarial.

Não podemos aceitar que o Joaquim e sua turma continue no nosso sindicato.

### A posição dos metalúrgicos

Não podemos confundir o sindicato com partido político.

Mas, nós, metalúrgicos do PT, temos o direito e a obrigação de colocar nossa posição.

Queremos votar para presidente, porém, sem esquecer de que só isso não resolve.

Queremos trabalhar para derrubar o Joaquim.

Queremos ajudar na formação de uma Chapa Única de Oposição para derrotar o pelego e que uma todos os metalúrgicos, independente de sua religião ou de seu partido político.

Queremos uma chapa representativa capaz de mobilizar toda a categoria.

Vamos respeitar todas as decisões democráticas que forem tomadas na campanha unitária.

É hora de unir e não de dividir.

O que nos une é a vontade de derrubar o pelego para fortalecer nossa organização e nossa luta.

### Como formar a chapa

Companheiros de mais de 100 fábricas já começaram a ser reunir par formar uma chapa.

Antes de mais nada é preciso respeitar todas as indicações de nomes escolhidos nas reuniões de fábricas e nas assembleias de cada região.

Toda fábrica tem o direito de indicar um nome para formar a chapa. As grandes fábricas poderão indicar até 2 nomes.

As assembleias regionais poderão indicar nomes mas não podem vetar os nomes escolhidos pelas fábricas.

A chapa, com 24 nomes, será escolhida em uma Assembléia Geral (Convenção) com a participação de todos os metalúrgicos que querem derrubar o pelego".

# Secretário da CUT ameaçado pela LSN

Quando voltava do 15º Congresso Geral dos Trabalhadores Cubanos, assistido por mais de 85 representações de todo o mundo, Paim foi detido pela Polícia Federal, interrogado e está agora ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Por Paulo Cezar da Rosa.

O secretário-geral da CUT está ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Nos próximos dias, Paulo Renato Paim deverá ser convocado a depor na Polícia Federal a respeito de recente viagem à Cuba, onde participou do 15º Congresso Geral dos Trabalhadores Cubanos.

Quando retornava, Paim foi identificado como "elemento perigoso" pelo computador do aeroporto do Rio de Janeiro. Obrigado a prestar um depoimento de mais de três horas na Polícia Federal, teve todo o material do Congresso, jornais e lembranças apreendidos para "exame mais detalhado" pelos órgãos de segurança.

A Central Única dos Trabalhadores já conta com três advogados gaúchos para acompanhar o caso. Jair Krische, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Luis Goulart, da OAB-RS e Omar Ferri, advogado de Lilian e Universindo no caso do sequestro dos uruguaios, deverão trabalhar em conjunto na defesa do líder sindical.

Além da CUT, mais 85 organizações de trabalhadores do mundo inteiro se fizeram representar no 15º Congresso dos Trabalhadores Cubanos. Paulo Paim fez um pronunciamento de cinco minutos no encontro, publicado na íntegra pelos jornais de Cuba, onde prestou informe da situação atual e das lutas dos trabalhadores brasileiros. Afirmando que cada país deve buscar o regime político adequado às suas necessidades e à vontade popular, o secretário da CUT concluiu que "os trabalhadores brasileiros querem um sistema sem ingerência externa onde os próprios trabalha-



Lula: absolvido



Paim: ameaçado

## Lula e companheiros absolvidos

Como era de se esperar a partir do julgamento de Meneguelli e Vicentinho, Lula, Jacó Bittar, José Francisco da Silva, Francisco Alves Mendes Filho e João Maia Silva Filho foram absolvidos por unanimidade pelo conselho de sentença da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, no dia primeiro do corrente em Manaus.

O procurador militar havia considerado improcedentes as acusações a Jacó Bittar e aos outros três sindicalistas mantendo no entanto, a acusação sobre Lula.

O advogado Luis Eduardo Greenhalgh demonstrou ao conselho de sentença que Lula não teve responsabilidade na emboscada em que morreu Nilo Sérgio de Oliveira, o

assassino do líder Camponês Wilson de Souza Pinheiro. Estranhou que a acusação que fora abandonada pelo Ministério Público Militar não tenha sido estendida a Lula, uma vez que o procurador havia considerado improcedente a denúncia contra os outros acusados.

Em seguida lembrou que a nova Lei de Segurança Nacional não previa o crime imputado a Lula. Analisou então, quatro preliminares: a inexistência de incitação à violência; a inépcia da denúncia; a inexistência do crime em tese; e a inexistência de delito contra a LSN.

Às 17:35 h foi lida a decisão final do conselho: a absolvição por unanimidade para todos.

dores façam a sua história e encontrem as suas saídas para uma nova sociedade".

Paim voltou lamentando não ter podido ter um contato mais direto com o povo cubano, já que na sua viagem de apenas quinze dias cumpriu um intenso programa oficial. Mesmo assim, do congresso e das visitas que realizou, Paim ressalta a grande preocupação dos trabalhadores cubanos em aumentar a produção. Esse interesse, manifestado pelos trabalhadores, tem correspondência no Estado Cubano que mantém programas permanentes de incentivo ao aumento dos índices de produção.

Em zonas chamadas brigadas milionárias, os trabalhadores que mais produzem são premiados com carros, com aumento da faixa salarial e motivados a sempre desenvolverem sua criatividade visando o aumento da produtividade do trabalho. Apesar disso, e de uma mecanização crescente na agricultura, Cuba é um país que não tem desemprego. Com uma produção essencialmente agrícola (algodão, café, cana de açúcar e fumo), e uma indústria de pequeno porte voltada a fabricação de peças de reposição, Cuba tem tido safras ruins e precisa recuperar seu equilíbrio na balança comercial com a União Soviética, principal importador dos produtos cubanos.

De forma semelhante à Nicarágua, Paim diz ter sentido nos trabalhadores um forte espírito anti-imperialista sintetizado no lema "Pátria Livre ou Morrer". Mas isso não significa nenhuma sizudez nos cubanos. Segundo Paim, o povo cubano é muito semelhante ao brasileiro, na maneira alegre de se expressar.

## A FUNDAÇÃO DA IV INTERNACIONAL (2ª Parte)

"Somos uma fração da Internacional que se constrói"

Em meados da década de 30, a questão dos rumos do regime soviético, da sua natureza, já era uma questão central e candente para os revolucionários. Na verdade, da resposta a esta questão muita coisa dependia: em primeiro lugar, a concepção de socialismo, a confiança na possibilidade de construção de uma sociedade sem classes e sem nenhuma forma de opressão. Como explicar a burocratização do regime soviético? E, por outro lado, qual deveria ser a atitude do movimento operário com relação ao Estado da URSS?

Portanto, depois de concluir que a III Internacional era já um instrumento morto para a revolução, a Oposição de Esquerda se lançou à tarefa de construir uma nova Internacional, empreendendo a elaboração programática tornada indispensável, a partir da herança dos primeiros anos da III Internacional. Por outro lado, as forças da Oposição de Esquerda eram reduzidas; era totalmente impossível uma "autoproclamação" como nova Internacional e novos partidos revolucionários. Como escreveu Trotsky em 1933: "evidentemente, nosso giro (isto é, o de ter passado da política de regeneração dos PCs à de construção de novos partidos e de uma nova Internacional) não consiste em nos proclamarmos a nós mesmos o novo partido". E acrescentou em uma carta: "os bolcheviques-leninistas (nome pelo qual se chamavam na época os militantes da Oposição de Esquerda) se consideram como uma fração da Internacional que se constrói".

Como esta compreensão — a de ser apenas uma parte (por certo fundamental) da Internacional em construção, a Oposição de

Esquerda (rebatizada, a partir do momento em que deixou de se considerar uma fração do PCs, de Liga Comunista Internacionalista) se voltou para outros setores do movimento operário da época.

### O desencanto com a URSS

Nos últimos anos, vários grupos, organizações tinham rompido pela esquerda com o stalinismo ou com a social-democracia. Em princípio, todos eram candidatos a construtores da nova Internacional. Este esforço de unificação deu resultados modestos. Em 1933 e 1935 foram feitas uma Declaração em favor da IV Internacional e uma Carta Aberta no mesmo sentido com algumas destas organizações. Contudo, pouco foram os militantes originários delas que permaneceram nos quadros da futura Internacional, e todas estas organizações terminaram por se afastar; algumas retornaram à social-democracia, outras ao stalinismo, outras ficaram no "Burô de Londres" (ver EM TEMPO n.º 184).

Foram várias as questões que afastaram militantes da IV Internacional, mas a mais importante delas foi sem dúvida a da natureza da URSS. Muitos ficaram céticos com relação ao socialismo a partir dos "processos de Moscou", quando toda a velha guarda bolchevique foi condenada como contra-revolucionária, agente do imperialismo, do nazismo etc. Mais tarde, o pacto militar entre Stálin e Hitler afastaria outros militantes, que deixaram de acreditar na necessidade, enfatizada pela Liga Comunista Internacionalista, de defender a URSS contra o impe-



rialismo. O fato contudo de que os resultados da política de unidade com outras organizações revolucionárias foram modestos não invalida o método de recusar a "auto proclamação" e de se definir como "uma fração da Internacional que se constrói".

### O "giro francês"

Outra questão que se colocou nos primeiros anos do esforço de construção da IV Internacional foi a da relação com correntes de radicalização de massa. Por volta de 1935, os Partidos Socialistas (Social-democratas) de vários países, muito mais abertos às influências do movimento do que os PCs stalinistas firmemente controlados por Moscou, viram nascer no seu interior significativas alas de esquerda. Naquele momento, portanto, o processo de radicalização da vanguarda operária passava principalmente pelo interior dos PSs (em alguns países: França, Espanha, Bélgica).

Após um debate acirrado, a LCI adotou a posição que ficou conhecida como "giro francês": a entrada como tendência em um PS, que aceitava esta entrada. A organização

francesa da LCI passou a se chamar "grupo bolchevique-leninista da SFIO" (seção francesa da Internacional Operária, nome do PS francês na época). Esta política, que pôde ser desenvolvida por pouco tempo (ao fazer a Frente Popular com o PC e o Partido Radical, o PS expulsou os militantes da LCI), deu resultados limitados, mas, positivos. Sua importância é chamar a atenção para a diversidade dos caminhos que podem ser utilizados para a construção de partidos revolucionários, para a variedade das formas em que pode se colocar a relação com a vanguarda operária que se radicaliza.

### Mais complexo e demorado

Em 1938, cinco anos depois de ter sido definida a necessidade de uma nova Internacional, a IV Internacional foi oficialmente fundada. Apesar de ter tido algum crescimento, continuava fraca, e não tinha nenhuma seção com influência de massas: era uma Internacional essencialmente minoritária. Apesar de haver objeções de alguns delegados, a maioria dos presentes à Conferência de Fundação concluiu que com a proximidade da guerra não era possível adiar mais esta definição. A guerra aumentaria tremendamente as pressões, a dispersão, a repressão contra os revolucionários. Só uma clara delimitação programática, com uma organização internacional (ainda que débil) poderia assegurar a continuidade da luta, a nível internacional, por novos partidos revolucionários e por uma nova Internacional com influência de massas.

De fato, a fundação da IV Internacional não significava que a construção da Internacional Revolucionária estivesse resolvida, mas apenas permitia prosseguir esta luta com um nível de definição política e organizativa superior. Na verdade, o processo de construção de uma nova Internacional se mostrou mesmo muito mais complexo e demorado do que pensavam os delegados à Conferência de Fundação. Ao contrário do que esperavam, não houve após a Segunda Guerra Mundial um ascenso revolucionário tão forte como após a primeira guerra, e não foi possível avançar na grande maioria dos países na construção de novos partidos revolucionários.

ESPECIAL  
8 de Março

São Paulo

# Sinais de novos tempos

*Duas manifestações de rua, contando ao todo com quatro mil mulheres, podem ser o início de uma nova fase para o movimento de mulheres em São Paulo, marcada pela unidade, a politização e a combatividade.*

Por Marília Carvalho

"FMI, cambada de ladrão / controla nosso útero / e rouba nosso pão". Uma passeata colorida de lilás, cor do feminismo e amarelo, cord as diretas. "Creche e eleição tem que ser direta". Muita animação ao ritmo de uma bateria, que marcava as marchinhas de carnaval cantadas com letras feministas ou pelas diretas. Muitas faixas, de muitas entidades de mulheres, alguns sindicatos, algumas associações de bairros. Discursos contra o planejamento familiar imposto pelo governo; pelas diretas; pelas creches; contra a violência sobre as mulheres. Assim, três mil mulheres paulistas marcaram os 52 anos da conquista do voto feminino no Brasil, dia 24 de fevereiro.

A ausência quase total de bandeiras partidárias (exceção feita ao PDT), apesar do acordo comum de que todas as faixas e bandeiras eram permitidas, foi uma demonstração da compreensão do caráter autônomo do movimento e do espírito de unidade que predominou. Ao microfone ou na rua estavam juntas pela primeira vez desde 1981, mulheres de todos os partidos de oposição, de todas as entidades do movimento de mulheres de São Paulo.

O mesmo tom e os mesmos eixos políticos prevaleceram no ato público que marcou o Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Apesar da quinta-feira de cinzas, mais de mil mulheres se concentraram no saguão da Câmara Municipal, ouvindo discursos comandados pela



atriz Irene Ravache. Além dos direitos das mulheres e das diretas, o ato deu destaque à solidariedade internacional, particularmente às companheiras latino-americanas e à luta contra a política armamentista;

## Promessas de um ano diferente

Estas duas manifestações são um marco para o movimento de mulheres em São Paulo. Um marco de retomada ao mesmo tempo da unidade e da combatividade, um marco na construção de um movimen-

to feminista de massas. E trouxeram também, com muita clareza, a superação da antiga oposição entre "lutas específicas de mulheres", ou lutas feministas e "lutas gerais".

Sabendo traduzir as reivindicações feministas na sua atualidade, na forma como elas se expressam sob a crise econômica, o movimento conseguiu fazer ligação entre as diretas, a luta contra o FMI e o cotidiano de opressão das mulheres brasileiras. Assim, ouvimos antigas opositoras das "lutas específicas",

centrando seu discurso na denúncia do planejamento familiar imposto pelo FMI...

Quem ainda não conseguiu compreender essa ligação, está ficando cada vez mais para trás no trem da história. É o caso, de um lado daquelas que continuam achando que o "feminismo puro" não pode se misturar com política; e de outro lado, daquelas velhas reformistas que insistem no discurso sobre "as mães que querem melhorar o mundo para seus filhos".

Finalmente, essas manifestações começaram a superar um risco sério que vem se colocando para o movimento de mulheres em São Paulo: a cooptação pelo Estado. Não foram poucas as tentativas do Conselho Estadual da Condição Feminista, órgão do governo estadual, de incluir, principalmente o ato do dia 8 de março, na sua própria programação, intitulada de Março-Mulher. Mas manifestações de rua, decididas e dirigidas pelas entidades do movimento, estão muito longe de concursos de posters e de poesias patrocinados pela secretaria de cultura. E, afinal de contas, quem saiu fortalecido foi o próprio movimento.

Resta agora, dar continuidade a este caminho de politização, unidade e combatividade. Os eixos de luta contra o planejamento familiar imposto; pelas creches públicas e gratuitas; e contra a violência sobre as mulheres, poderão ser a base para um novo ciclo no movimento de mulheres paulista. Quem viver, verá.

## Operárias químicas Sonhando e fazendo a liberdade

"Se, nós, mulheres, não podemos impedir que os homens se tornem machistas, poderemos impedir que eles continuem sendo." "Estúpido mundo machista, que sufoca as mais belas capacidades das mulheres. Com sua força e sua criatividade, as mulheres serão capazes de libertar até o povo mais oprimido e construir um mundo justo." "O trabalho é bom. Mas todo ser humano sonha que, um dia, o trabalho seja livre." "Nós, mulheres, que gestamos, parimos, amamentamos e criamos os filhos da classe operária, estamos gestando um sonho de liberdade."

Estas belas frases fazem parte de uma peça de teatro escrita e apresentada no dia 10 de março, por trabalhadoras de duas fábricas químicas de São Miguel Paulista. Na sede do Sindicato dos Químicos de São Paulo, cerca de quarenta mulheres e mais igual número de homens, assistiram emocionados à programação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Além da peça, houve exposição de fotos e de recortes de jornais, música e apresentação de maculele e capoeira, com a participação de mulheres: "uma forma de mostrar o quanto é talentoso o corpo do oprimido, o corpo da mulher."

Esta comemoração foi mais um passo na consolidação de um trabalho que o Sindicato dos Químicos está iniciando junto às 25 mil mulheres que fazem parte da sua base. Em janeiro passado, um número especial do boletim do sindicato chegava às fábricas: "Amélia que era mulher de verdade? Mentira, Amélia era uma boba. Mulher de verdade é aquela que luta por seus direitos".

A partir daí, foram realizadas reuniões com mulheres na sede central do sindicato e na sub sede de São Miguel. Na passeata do dia 24 de fevereiro, as químicas estavam presentes, levando uma faixa alusiva aos problemas de saúde que enfrentam dentro das indústrias, principalmente quando

estão grávidas: "Filhos, sim ou não? Nós decidimos. Filhos saudáveis, nós exigimos."

Na verdade, vários sindicatos vêm se interessando por um trabalho em torno à opressão das mulheres: a Associação dos Profissionais em Assistência Social, (APASP), o Sindicato dos Metalúrgicos, a Associação dos Professores do Ensino Oficial (APEOESP), e a própria CUT, que esteve presente no processo de preparação das manifestações. No Sindicato dos Químicos, as reuniões continuarão todas as quintas-feiras, na sede central.

## Grajaú

Além de promoções no próprio bairro, onde passaram filme e promoveram debates, a Associação de Mulheres do Grajaú teve uma importante participação nas manifestações unificadas.

Presentes com suas faixas e cartazes, elas falaram na passeata do dia 24 de fevereiro através de Jucinete, que afirmou ao final: "Não há país livre, sem mulher livre." Já no ato pelo Dia Internacional da Mulher, a ênfase maior foi a denúncia da morte de Delvita Prates Vasconcelos, associada, que foi assassinada no dia 9 de dezembro passado. Delvite tinha trinta anos, era casada, deixou um filho de um ano e meio e estava grávida de quatro meses.

Numa declaração incisiva e emocionante, sua irmã, Adelia, exigiu "o direito de termos quantos maridos quisermos, sem sermos agredidas nem desprezadas, por palavras nem através de violência física". A principal exigência agora é que o assassinato seja apurado, para que não se transforme em mais um caso impune jogado nas gavetas das delegacias. Para isso, está circulando um abaixo-assinado que exige do secretário de segurança a apuração dos fatos.

## Nossas hermanas

Aplausos entusiasmados à simples menção da Associação de Mulheres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinosa (AMNLAE); uma, duas, três vezes repetida a palavra de ordem "A luta da mulher é internacional"; faixas em solidariedade aos povos e às exiladas latino-americanas; murais ao redor de todo o saguão da Câmara Municipal, com fotos e notícias sobre a vida e a luta das mulheres nos países da América Latina. Desta forma, o 8 de Março adquiriu em São Paulo, todo o seu sentido internacionalista.

Ao falarem, as companheiras do Comitê de Mulheres Latino-Americanas, apresentaram um balanço do movimento de mulheres em alguns dos países do Cone-Sul e das manifestações que se preparavam para o Dia Internacional da Mulher.

Na Argentina, foi destacada a importância das "Mulheres da Praça de Maio", na sua "incessante luta pela vida", um exemplo de como as mulheres se transformaram na vanguarda da luta anti-ditatorial.

No Paraguai, país fundamentalmente agrícola, existe uma Coordenação de Mulheres no interior do movimento camponês, que além das reivindicações específicas, vem lutando pelos desaparecidos e pelos presos políticos.

No Uruguai, os comitês de desaparecidos, mulheres de partidos políticos e de organizações sociais, uniram-se à Pró-Comissão de Mulheres Uruguaias, formando um Plenário de Mulheres, que preparava uma grande marcha para o dia 8 de Março. As mulheres trabalhadoras uruguaias foram as primeiras a parar e ocupar uma fábrica depois de dez anos, dirigidas por duas mulheres, mostrando assim o caminho que veio a desembocar na greve geral do dia 18 de janeiro.

Ao mesmo tempo em que as mulheres paulistas aplaudiam a combatividade das

chilenas, que planejavam uma concentração no Estádio de Santa Laura, em Santiago, dezenas de pessoas eram presas no Chile, inclusive uma menina de dez anos. Os atos comemorativos do Dia Internacional da Mulher, transformados em manifestações contra a ditadura de Pinochet, foram violentamente reprimidos pelo carabinieri, com jatos d'água, violência até mesmo contra repórteres e muitas prisões.

Também neste mesmo momento, a mulheres nicaraguenses empunhavam armas, numa comemoração centrada na defesa do país contra a agressão americana: "Queremos dizer ao mundo inteiro - afirmava Glenda Monterrey, secretária geral da Associação de Mulheres (AMNLAE) - que as mulheres nicaraguenses estamos dispostas a entregar até nossas vidas pela consolidação de nossa revolução e a conquista do futuro."

Na Bolívia, foi criada em 1983 a Federação de Mulheres dos Bairros Marginais "Yanapacuna", que em português significa "ajudemo-nos". Na Câmara de deputados, criou-se a Comissão da Mulher, cuja primeira iniciativa foi incorporar as empregadas domésticas ao seguro social. Em Cochabamba foi realizado um encontro com a participação de estudantes, camponesas, trabalhadoras, donas-de-casa, profissionais e políticas de todo o país, que concluiu: "Não há revolução, não há libertação nem justiça, se nela não se encontra incorporada a mulher e a luta por suas emancipação." Finalmente, na cidade de La Paz, realizou-se o Terceiro Congresso da Federação de Mulheres Camponesas "Bartholina Sissa" com a participação de 3.500 camponesas de norte a sul da Bolívia. (FEMPRESS-ILET).

Minas Gerais

# Governo Tancredo proíbe manifestações

*Em uma atitude absurda, o governo negou a cessão da Praça Sete, no centro de Belo Horizonte, para a realização de manifestações em comemoração ao 8 de março. Mas as entidades organizadoras — sindicatos, grupos feministas — mantiveram a programação, mesmo com a proibição.*

Em Minas, o 8 de março foi programado unitariamente por sindicatos, entidades feministas, pelo Movimento Negro Unificado, pelo PT e pelo PMDB. No calendário de oito dias, estavam planejadas uma panfletagem conjunta do manifesto aprovado, exposição de filmes e debates, exposição de trabalhos artísticos e artesanais. Para o encerramento, estava previsto na Praça Sete, no centro de Belo Horizonte, uma apresentação de teatro com cenas do cotidiano da mulher, shows, juri simulado e manifestação dos grupos feministas.

Em uma atitude absurda, porém, o governo mineiro resolveu proibir a utilização da Praça Sete nos dias 8, 9 e 10 de março como se planejava. Um ofício enviado à Secretaria de Segurança Pública em nome das entidades organizadoras das atividades do 8 de março, teve a seguinte resposta por parte do secretário: "indefiro o pedido por contrariar a Resolução nº 5469/83 e defiro para a Praça Rio Branco". A resolução citada proíbe manifestações em algumas praças, entre elas a Praça Rio Branco.

Como a Praça Rio Branco não se adequava às atividades programadas, as entidades insistiram na cessão da Praça Sete. Diante do argumento de que durante a preparação do comício do dia 24 não só a Praça Sete, mas toda a cidade foi palco de manifestações e comícios, o secretário adjunto do governo mineiro apenas respondeu: "naquela época eram promoções oficiais e o próprio governador havia telefonado dizendo que a Secretaria não poderia ser responsável pelo fracasso do comício do dia 24. Que as atividades

fossem toleradas pela secretaria. Mas agora, tudo volta ao normal". Enfim, como denunciou uma das organizadoras do 8 de março, Dirlene Marques, "o governo mineiro usa dois pesos e duas medidas".

No dia 8 de março, ao final da tarde, as mulheres estavam na Praça Sete: porém, sem a aparelhagem de som que seria emprestada pela Belotur, com uma tarja preta em sinal de protesto e cartazes com as inscrições "no nosso dia quiseram nos calar", "governo proibiu manifestação das mulheres. Onde está a democracia". As entidades decidiram também manter para a Praça Sete as programações de encerramento do dia 16.

O episódio mostra também a necessidade da autonomia do movimento feminista diante dos governos. No caso, o Conselho Estadual da Mulher criado pelo governo mineiro ficou manifestado, tendo até proibido ao final o apoio de infra-estrutura que havia prometido.

## Rio Grande do Sul

Em Porto Alegre, no dia 8 de março cerca de 200 mulheres fizeram uma passeata até a Assembleia Legislativa, em um ato simbólico para a inauguração de uma Comissão da Mulher.

No mesmo dia, em Erechim, no interior do Estado, o sindicato rural promoveu um encontro comemorativo do dia Internacional da Mulher, com a participação de mil pessoas. Foram discutidos temas ligados à mulher camponesa, principalmente o direito à Previdência Social e à aposentadoria.

lecer o sistema familiar, chocando-se frontalmente com as posições marxistas. Ao descrever esses processos, Trotski afirma que a verdadeira emancipação das mulheres é impossível sem um desenvolvimento geral da economia e da cultura e reforça a necessidade da destruição da família enquanto unidade econômica. Para isso, seria necessária a socialização da educação das crianças e do trabalho doméstico.

Em 1937, ele afirmava: "Guiada por seu instinto conservador, a burocracia deu o alarme sobre a "desintegração" da família. Começou cantando louvores a comida em família e a lavanderia familiar, isto é, à escravidão doméstica da mulher. Para completar, a burocracia restaurou o castigo criminal nos casos de aborto. A casta dominante restaurou, desta maneira, o núcleo mais reacionário e deteriorado do regime de classes."

Esta direção se aprofundou na medida em que respondia aos interesses da burocracia em atomizar a sociedade, manter a divisão entre uma vida pública e uma vida privada, reduzir os custos dos serviços sociais e procurar disciplinar a juventude através de instituições conservadoras.

## As mulheres na URSS hoje

Hoje, a situação das mulheres na União Soviética, assim como nos demais estados operários burocratizados, não é melhor do que nos países capitalistas avançados, embora seja superior às condições de países dependentes, como o Brasil.

As mulheres são encaradas principalmente como matrizes, geradoras de filhos. Uma demonstração eloquente disso são as medalhas de "mãe heroína" e da "Ordem da

desde a composição da sociedade soviética, com uma população majoritariamente camponesa, culturalmente atrasada, até a incompreensão de setores do próprio partido bolchevique, que não pode ser considerado como um bloco homogêneo. Apesar de tudo isso, é inegável que a orientação dos dirigentes da revolução vitoriosa era de enfrentar decididamente a opressão das mulheres.

## O núcleo mais reacionário da sociedade de classes

A vitória da contra-revolução burocrática na União Soviética nos anos 20 foi acompanhada pela volta atrás em muitos destes progressos. A burocracia stalinista procurou fortali-

## 8 de março - Dia Internacional da Mulher

O PT solidariza-se com as mulheres, na luta por seus direitos específicos, que é também a luta de todos os trabalhadores contra a exploração e a opressão



**PT** PARTIDO DOS TRABALHADORES

Cartão comemorativo do PT para o 8 de março. À venda na sede nacional do partido por Cr\$ 100,00. Rua Santo Amaro, 582 — São Paulo.

## Mulherio está de volta

Após um período sem sair, o jornal feminista **Mulherio** está de volta, agora inclusive com uma equipe maior de redação. O jornal, que se propõe a ser independente de instituições, grupos ou partidos, conta com a colaboração financeira a editorial de todas (e todos).

Assinatura por um ano: Cr\$ 7.500,00

Mandar o nome, endereço, profissão, idade e um cheque nominal e cruzado para Núcleo de Comunicações Mulherio, Rua Wisard, 88, Vila Madalena - 05434 São Paulo, SP.

Telefone: 815-8472

## Assine EM TEMPO

Na luta contra a opressão à mulher



A Editora Aparte Ltda.

Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP

CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral do jornal **EM TEMPO**

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: .....

Bairro: .....

Estado: .....

CEP: .....

Preços:

Assinatura anual: Cr\$ 5.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 3.000,00

Assinatura exterior anual: U\$ 35

Glória à Maternidade", que premiava mães com número elevado de filhos. Só em 1970 foram concedidos 543 mil mulheres em toda a União Soviética. Neste contexto é que foi liberada a prática do aborto provocado, a partir de 1955. O próprio texto da "Lei de Anulação da proibição de abortos" afirma: "As medidas do Estado Soviético com o fim de estimular a maternidade e proteger a infância, assim como o crescimento permanente da consciência e da cultura das mulheres (...) permitem renunciar atualmente à proibição legal de abortos".

Mas apesar de todo esse falatório sobre a maternidade, o Estado deixa inteiramente nas mãos das mães o cuidado com as crianças: na Polônia, em 1972, de um total de um milhão e quinhentas mil crianças entre 0 e 2 anos, apenas 9% encontram lugares nas creches. Em Leningrado, onde as condições podem ser considerados bem superiores ao conjunto da URSS, apenas 13% das crianças se beneficiam de creches.

Noventa e três por cento da população feminina trabalha fora de casa. Mas este emprego massivo das mulheres não significa o fim da sua discriminação no mundo do tra-

balho. As mulheres estão restritas a algumas profissões, principalmente a educação, a área de saúde e os empregos em caixas e seguros. As mulheres recebem salário igual para trabalho igual, mas nos setores mais acentuadamente femininos, os salários geralmente são mais baixos. Além disso, encontramos a mesma hierarquia de cargos existentes, por exemplo, no Brasil: na área de educação, enquanto 87% dos professores até 8ª série são mulheres, elas são apenas 23% dos diretores de escolas secundárias.

Finalmente, é preciso anotar que, em 1970, apenas 21% dos membros do partido, a instituição mais poderosa na URSS de hoje, eram mulheres.

Assim, não resta a menor dúvida: as mulheres são discriminadas na União Soviética. A sua libertação será obra da sua auto-organização num poderoso movimento de mulheres, processo vital para o avanço da revolução política nos Estados Operários burocratizados. E a sua história demonstra a importância da manutenção e fortalecimento do movimento autônomo de mulheres, não apenas sob o capitalismo, mas também no processo de construção do socialismo.

## O QUE É FEMINISMO 10

### URSS: A libertação traída

*A vitória da contra-revolução burocrática na URSS foi acompanhada por uma negação dos progressos antes alcançados no campo da libertação da mulher.*

*Hoje, são inúmeros os sinais da discriminação e opressão das mulheres naquele país seja no trabalho, no campo da moral e na própria política.*

Entre 1917 — data da revolução russa — e 1927, o governo soviético aprovou legislação mais avançada até esta época, garantindo a igualdade legal entre os sexos. As medidas caminhavam no sentido da destruição da família tradicional: fim do processo legal de matrimônio, direito ao aborto, abolição do conceito de ilegitimidade dos filhos etc. O programa de 1919 do Partido bolchevique declarava: "A tarefa do partido no momento atual é principalmente trabalhar no terreno das idéias e da educação com o objetivo de destruir completamente todas as frentes das desigualdades e dos preconceitos anteriores".

As dificuldades para a implantação dessa política eram enormes:

COSIPA

# A história de uma greve traída

*Durante quatro dias, quinze mil trabalhadores paralisaram a maior siderúrgica do Estado de São Paulo. Uma greve com um desfecho tumultuado: Arnaldo Gonçalves, o presidente do sindicato, conhecido traidor de outras lutas, desta vez levou a traição às suas bases.*

Por Lalo Torres

Há mais de 22 anos que os trabalhadores da Cosipa, em Cubatão não faziam greve. Dia 28 de fevereiro passado, desgastados com a postura conciliatória de seus dirigentes sindicais e não suportando o arrocho salarial imposto pela política econômica do governo, os 14 mil operários da Companhia Siderúrgica Paulista decidiram em assembléia, realizada no pátio interno da usina, depois de já haverem ocupado a empresa, paralisar sua atividade, reivindicando reajuste salarial de 88,15%, mais um adicional de 50 mil cruzeiros, a título de produtividade, e mais garantia no emprego.

A Cosipa, empresa estatal do governo paulista, uma das maiores do país, é responsável por 50% do fornecimento de aço à indústria automobilística, possui uma folha de pagamentos de mais de oito bilhões de cruzeiros, e teve seu desempenho operacional e comercial em 1983 superior a todas as expectativas nos últimos anos, com uma exportação de mais de um milhão de toneladas.

Plínio Assmann, o presidente da Cosipa, nomeado pelo governador Franco Montoro, afirmou a respeito da greve e das reivindicações dos cosipanos que "os prejuízos são imensos. Do ponto de vista financeiro, as perdas atingiram cerca de 3,5 bilhões de cruzeiros por dia, o que daria, até para cobrir as exigências salariais dos trabalhadores". Mas concluiu, muito firme: "Mas não podemos negociar sob pressão".

De outro lado, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos, DIEESE, informa que, por seus cálculos, os metalúrgicos da Cosipa tiveram, desde as mudanças efetuadas pelo governo na política salarial, há um ano atrás, uma perda de aproximadamente oito bilhões de cruzeiros, o que significaria em média 60 mil cruzeiros mensais para cada trabalhador.

## A condução da greve

O processo de mobilização que culminou na greve, pautou-se pela imensa insatisfação e desconfiança com relação à diretoria do sindicato. "A categoria já estava cheia de ouvir o Arnaldo Gonçalves (o presidente do sindicato, e um dos cabeças do Conclat-Praia Grande) dizer que iam botar prá quebrar em nossas reivindicações, que tínhamos que lutar por conquistas que fôssemos obtendo pouco a pouco, e depois, na hora do "vamos ver" ele enrolar a gente, e negociar com os patrões", disse Aparecido do Prado, integrante da oposição dos metalúrgicos de Santos. "Na última campanha salarial, Arnaldo fez um acordo com a empresa para que não houvesse mais de vinte demissões por mês. Só que depois do acordo, eles mandaram mais de quarenta e o sindicato não fez nada", afirma Aparecido.

Já no sábado, dia 25, antes da greve, uma assembléia havia deliberado que deveria ser ocupada a usina na segunda, a exemplo do que se havia feito na Refinaria Presidente Bernardes, também em Cubatão, onde há pouco tempo essa medida de ocupação, antes de decretada a greve, havia dado resultado positivo, condu-



Arnaldo: vergonha junto às suas bases.

zindo a uma greve vitoriosa. Nesta assembléia, Arnaldo Gonçalves já tentava, por todos os meios, impedir que o movimento prosseguisse, afirmando "que com greve poderia vir o dissídio o que sempre era ruim para a categoria, que poderia haver intervenção no sindicato, que haveriam demissões..."

Com a ocupação da usina na segunda-feira, a diretoria da Cosipa desligou os dois altos-fornos, quatro horas antes da greve ser decretada em assembléia

realizada terça-feira, dia 28 no pátio da empresa.

A partir de então, a pressão sobre os grevistas deu-se em várias frentes: primeiro, pela instauração de dissídio coletivo junto ao TRT, em tempo recorde, buscando a decretação da ilegalidade da greve; segundo, afirmando que os fornos iriam estragar se permanecessem desativados, e solicitando que fossem liberadas quatro turmas de 250 funcionários para operar os fornos.

No entanto, segundo declaração de funcionários da usina, para que se fizessem os serviços de manutenção dos fornos não eram necessários mais do que 20 ou 30 pessoas, durante algumas horas por dia. Mas, a diretoria do sindicato limitou-se a apresentar a proposta a da empresa, de que mil operários voltassem a trabalhar, o que, na verdade, pretendia não apenas manutenção dos equipamentos, mas o retorno à produção de laminados de aço, maior produto da usina.

Na quinta-feira, numa assembléia tumultuada, contando com presença maciça de funcionários ligados à gerência e setores administrativos e que, numa manobra desonesta, realizou-se uma hora e meia antes do horário previsto, a diretoria do sindicato defendeu a volta ao trabalho propondo "trégua" de até 30 dias para negociação com a empresa. Novamente Arnaldo Gonçalves, valendo-se do artifício de não permitir que ninguém se manifestasse a respeito da proposta, conseguiu a aprovação da "trégua".

Insatisfeitos com tantos golpes e traições, várias pessoas chegaram a agredir o presidente do sindicato e sua diretoria.

Até entre os próprios apoiadores de Arnaldo, a insatisfação existia: Dijal Santiago, oito anos de Cosipa, apoiador da atual diretoria nas duas últimas eleições sindicais, afirmava após a assembléia, enquanto queimava a camisa do sindicato: "Eu levantei a moral dele", dizia aos gritos, apontando Arnaldo Gonçalves. "Agora ele vai cair, vamos derrubar esse sindicato".

## Qual a maior traição?

Após a greve, sofrendo pressões da empresa e do sindicato, integrantes da oposição sindical tratavam de tentar articular a resistência na volta ao trabalho, preparando boletins de orientação aos trabalhadores, procurando organizar grupos de mobilização por setor. Mas, apesar da avaliação de que "nesse movimento os cosipanos viram que eles também podiam fazer greve", temiam pelas demissões que o movimento também poderia acarretar.

Sem dúvida a diretoria do sindicato, como de outras vezes, por exemplo ao furar a greve geral do dia 21 de julho passado, tentou manipular o movimento, impedir a mobilização, tentar a conciliação com os patrões. Inegavelmente com sua postura, traiu os interesses da categoria. Além disto, com sua atitude expôs os trabalhadores aos ataques da empresa, dando campo à retaliação e às demissões.

A atitude irresponsável da direção da Cosipa em permitir que se estragassem os equipamentos necessários à produção, procurando impor um número muito maior que o necessário para a manutenção dos fornos, para forçar o retorno ao trabalho, nos encaminha a outras questões: Ante a possibilidade deste forno ficar inativo por mais ou menos cinco meses, sua atitude mais parece uma justificativa para futuras demissões.

## Belgo Mineira

### Greve contra demissões

Em meio a um clima pesado, decorrente de ameaças de mais demissões, a serem somadas às que vem sendo feitas desde a um ano atrás, os 3.500 metalúrgicos da Belgo Mineira, em João Monlevade, MG, entraram em greve no último dia 27 de fevereiro.

A situação perdura há já muito tempo. João Paulo Pires de Vasconcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e da CUT apresentou denúncia de que o processo de intimidação por parte da empresa tem chegado ao limite máximo: "A empresa vem intimidando os trabalhadores, obrigando-os a assinar uma ficha, abrindo mão do índice do INPC no próximo aumento, o que é uma provocação muito séria, pois quem não assina é demitido imediatamente".

A direção da Belgo Mineira, no dia seguinte ao início do movimento, demitiu 98 funcionários, alegando que estes haviam abandonado setores essenciais, que colocavam em risco a segurança da usina.

O governador de Minas, Tancredo Neves,

tentando intermediar a situação, dispôs-se a solicitar a intervenção do Ministério do Trabalho para uma tentativa de conciliação entre as partes, mas não sem antes afirmar que "uma interrupção de trabalho sem amparo legal cria problemas para todos", e recomendando "prudência e paciência" aos trabalhadores.

Com a intermediação de Alencar Rossi, secretário das Relações do Trabalho, o sindicato solicitou uma sindicância do Ministério do Trabalho na empresa, para a apuração das denúncias por ele apresentadas. Na hipótese destas denúncias serem confirmadas, a empresa readmitiria os 98 funcionários demitidos por causa da greve.

Caso não se confirmassem, o sindicato retrataria-se publicamente. No entanto, talvez temendo a comprovação destas denúncias, a direção da siderúrgica não aceitou a proposta. Afinal, como única medida adotada, restou a promessa do Ministério de realizar não uma sindicância, mas uma fiscalização na empresa.